

Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral
Diretoria de Serviços de Apoio à Aprendizagem, Direitos
Humanos e Diversidade

Caderno Pedagógico

Consciência Negra



Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral
Diretoria de Serviços de Apoio à Aprendizagem, Direitos
Humanos e Diversidade

2ª Edição
2024

SEEDF/SUBIN/DSADHD

Secretaria
de Educação



GDF

Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal

Hélvia Miridan Paranaguá Fraga

Secretário Executivo

Isaías Aparecido da Silva

Subsecretária de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN)

Vera Lúcia Ribeiro de Barros

Diretora de Serviços de Apoio à Aprendizagem, Direitos Humanos e Diversidade (DSADHD)

Patrícia Souza Melo

Gerente de Educação em Direitos Humanos e Diversidade (GDHD)

Leonardo Farias

Elaboração (DSADHD/GDHD)

Éllen Daiane Cintra

Jemima Rosa dos Santos Silva

Shirley Fiuza Dias

Revisão

Patrícia Souza Melo

Ilustrações

Canva.com

Capa, arte e diagramação

Éllen Daiane Cintra

Jemima Rosa dos Santos Silva

Shirley Fiuza Dias

Apoio

Equipe (GDHD)



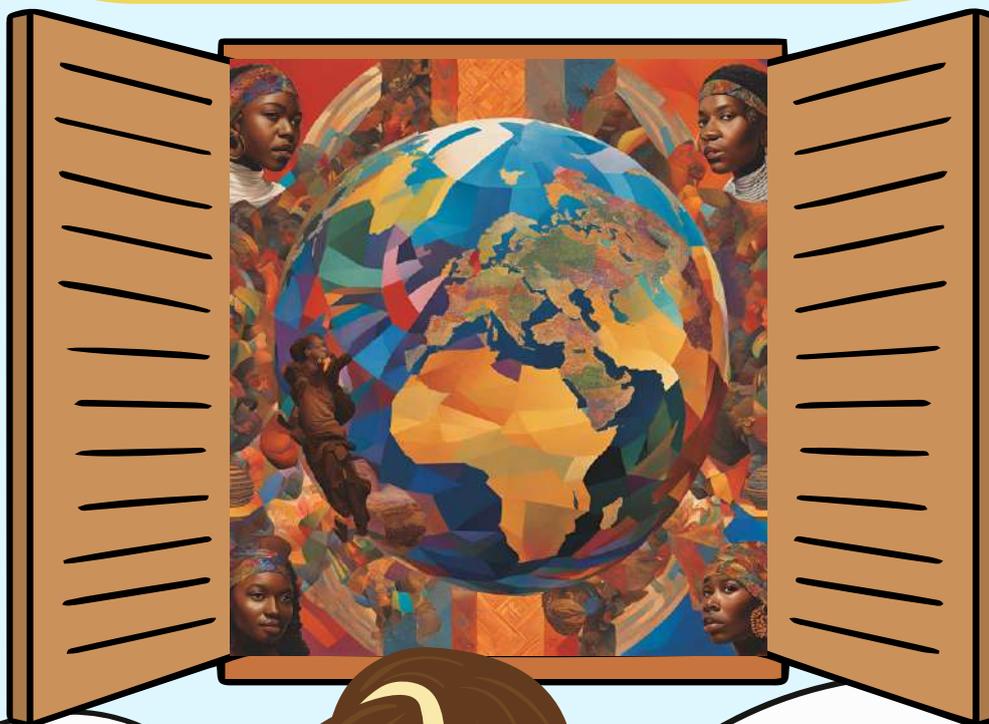
Sumário

<u>Apresentação</u>	5
<u>Contextualização de uma educação antirracista</u>	6
<u>Marco normativo</u>	13
<u>Conheça o perfil demográfico da nossa rede</u>	16
<u>Projetos, ações e publicações da Subin/SEEDF para o enfrentamento ao racismo e discriminações variadas</u>	17
<u>Publicações e orientações da SEEDF atinentes à educação para as relações étnico-raciais</u>	18
<u>Projetos e ações das UEs e CREs para a EREER eo enfrentamento ao racismo</u>	19
<u>Formação de Professoras (es), equipe gestora e pedagógica</u>	20
<u>Análise dos contextos escolares</u>	22
<u>Refletindo sobre propostas didático-pedagógicas</u>	23
<u>Sugestões de leitura para professoras/as</u>	26
<u>Conheça artistas negras(os) e suas obras</u>	27
<u>Sugestões de ações interventivas</u>	29
<u>Curadoria de livros e preparação de atividades</u>	31
<u>Sugestões de leitura (Educ. Infantil)</u>	32
<u>Sugestões de leitura (Ens.Médio, EJA & Professoras (es))</u>	35
<u>Sugestões de HQ</u>	37
<u>Sugestões de Desenho animado (EI)</u>	38
<u>Sugestões de filmes / séries (EF)</u>	39
<u>Sugestões de filmes (EM / EJA)</u>	40
<u>Glossário Antirracista</u>	41
<u>Sugestões de sites</u>	42
<u>Podcasts</u>	43
<u>O trato pedagógico das expressões Culturais Afro-Brasileiras e Religiosidades de Matriz Africana</u>	44
<u>Legislações para consultas</u>	45
<u>Serviços de atendimento disponíveis no DF</u>	46
<u>Referências</u>	48



Olá professor(a), coordenador(a), gestor(a)!

Antes de iniciarmos essa jornada de valorização da cultura, reconhecimento e epistemologia afroreferenciada, que tal refletirmos acerca de alguns padrões considerados universais e que muito possivelmente marcaram sua formação como estudante e educador(a) até aqui?

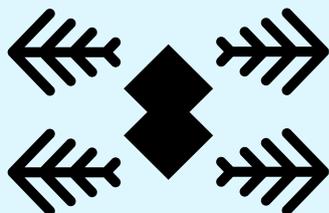


Quando você pensa em lideranças importantes para o avanço da humanidade, quem vem à sua mente?

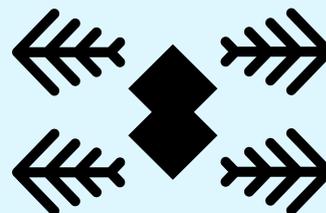
Ao pensar no desenvolvimento econômico e social do Brasil, qual(is) povo(s) você considera que contribuíram de forma preponderante à partir do conhecimento e força de trabalho?

A quais povos você atribui protagonismo no surgimento da filosofia, matemática, arquitetura, medicina?

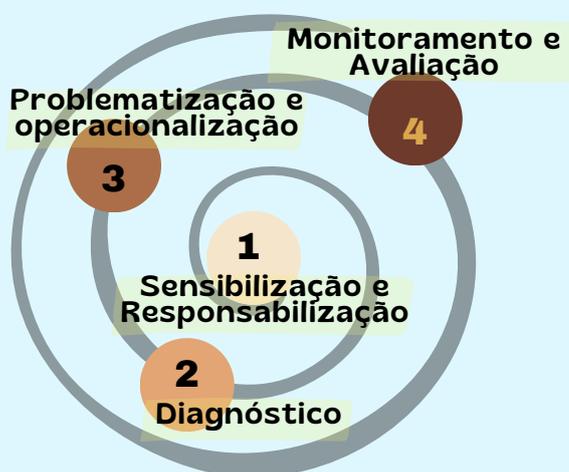
Você consegue apontar quantas mulheres e homens negros ocuparam espaços de poder ao longo de 500 anos de história no Brasil?



Apresentação



Este caderno é um guia de cunho pedagógico, com intuito de fundamentar a implementação de ações para a “Educação Antirracista” e em e para os Direitos Humanos nas escolas do Distrito Federal. Nas próximas páginas você encontrará informações, recursos e sugestões organizados a partir de **4 etapas fundamentais***: 



Notadamente, a escola enquanto espaço de formação e socialização, dispõe de um papel fundamental na luta contra o racismo. Ao colaborar para o desenvolvimento de mentes e futuros, as instituições de ensino atuam como agentes de transformação social, promovendo a equidade, o respeito à diversidade e também a sua valorização. Nesta ocasião, a escola pode atuar como espaço de conscientização e de combate ao racismo, sendo um dos principais atores na construção da justiça social.

De acordo com o que estabelece o Currículo em Movimento do Distrito Federal em seus Pressupostos Teóricos, o processo educacional constitui-se como uma atividade de natureza social, que tem como função conectar os indivíduos uns aos outros, buscando garantir tanto o acesso ao aprendizado quanto o desenvolvimento da cidadania.

A escola, instituição formal de educação, muitas vezes o equipamento público mais próximo da comunidade, é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções. Essa instituição se vê como educadora, mas também como “protetora” e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia dessa instituição escolar para constituí-la e, talvez, ressignificá-la.

(SEEDF, 2018, p. 10).



*As etapas serão adaptadas neste Caderno a partir da proposta “Como construir uma escola antirracista”, da Nova Escola (2022). Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21397/e-book-educacao-antirracista-baixar-gratuitamente>



Nas últimas décadas, muito tem se falado sobre racismo, antirracismo, letramento racial, ações e políticas afirmativas e reparativas. Por vezes, nos deparamos com a celebração ou reverência ao brilhantismo e contribuições de pessoas negras... **apenas em novembro!** Sabemos que o processo pedagógico está em frequente atualização e devemos celebrar os avanços. No entanto, é fundamental compreender que calendários escolares meramente festivos e fragmentados esvaziam as temáticas étnico-raciais, dificultam a implementação de leis e projetos de fato antirracistas e prejudicam a comunidade escolar.

E o que cada um (a) de nós temos a ver com isso? Já parou para pensar...

Como os nossos fazeres individuais pedagogicamente se correlacionam aos processos e ações necessárias à (re)educação das e para as relações étnico-raciais, ao combate e ao enfrentamento do racismo no âmbito educacional?

Mais do que isso, como nós enquanto indivíduos, instituições e comunidades colaboramos e/ou complicamos o acesso e permanência de estudantes negros, indígenas, quilombolas, ciganos, migrantes e outros grupos historicamente vulnerabilizados na educação básica?



De que formas fomentamos o desenvolvimento humano integral e intelectual, a formação crítica e cidadã e também comunidades de afeto, cuidado e proteção para os diversos grupos étnico-raciais no Distrito Federal?



Quem e quais foram (e são!) as e os sujeitos, organizações, instituições e momentos essenciais na consolidação de leis e políticas públicas que garantem o acesso e permanência na educação como um direito fundamental a todas e todos igualitariamente e equitativamente?

Cabe lembrarmos que o racismo e a discriminação racial têm vitimado de forma particularmente violenta populações indígenas e descendentes de povos africanos a partir dos processos de **escravização** moderna. Como justificativa aos processos de colonização e exploração, foram mobilizados discursos religiosos e científicos que negavam a humanidade de pessoas negras e indígenas, entre outros. Essas falaciosas crenças de pureza e supremacia racial forjaram hierarquias entre os diferentes grupos étnico-raciais. Como consequência, experimentamos ainda hoje processos de exclusão e negação de direitos fundamentais que impedem ou complicam, especialmente para pessoas negras e indígenas, o acesso e garantia a bens e direitos fundamentais como educação, moradia, alimentação, saúde, transporte, trabalho, lazer, representação política, segurança e renda, entre outros.

Quer saber mais sobre esses temas? Clique nas sugestões abaixo!

Podcast - Projeto Querino
Episódio 01: A grande aposta



Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=O4OwAKP76P4>

Livro: "Um defeito de cor"
de Ana Maria Gonçalves



Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=O4OwAKP76P4>

Vídeo: O Tráfico de escravos do Atlântico em 2 minutos



Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=O4OwAKP76P4>

O infográfico abaixo evidencia como pessoas negras são os maiores alvos de violências, fruto do racismo. Isso se intensifica à medida que são interseccionadas as categorias de gênero e raça.



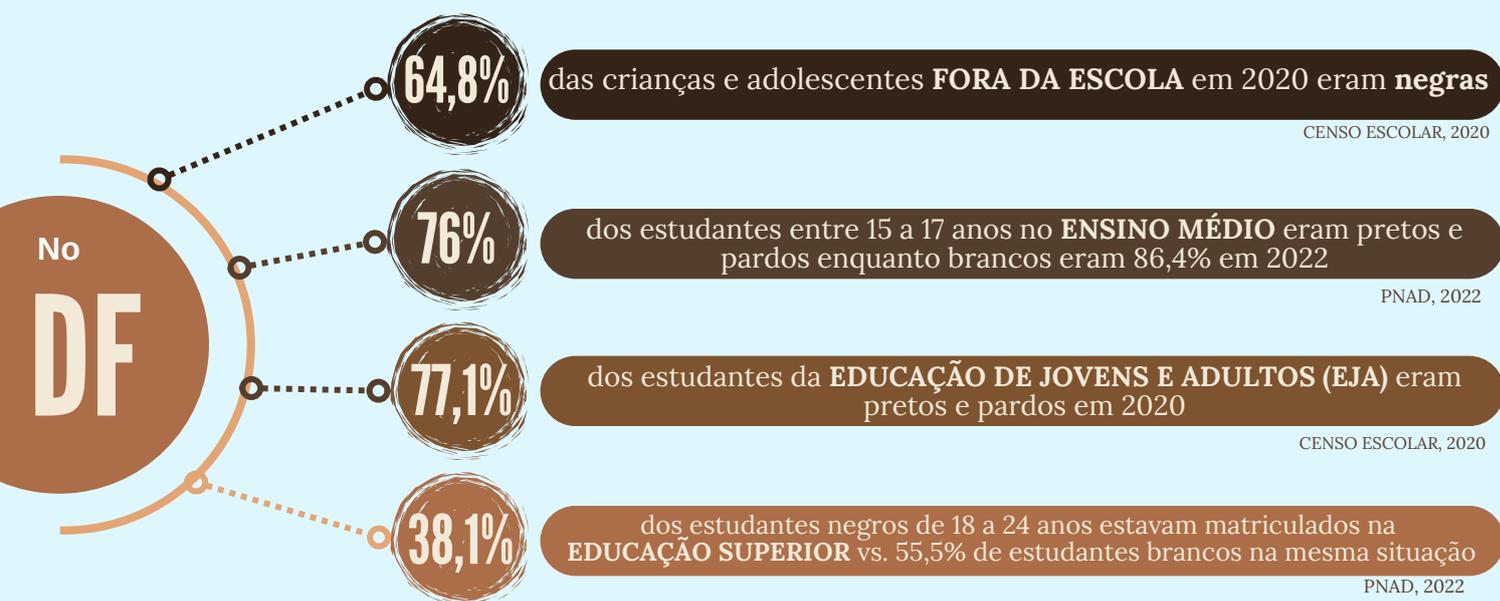
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, nº 16, 2022.
Disponível em: https://bit.ly/FBSP_Violenciacontranegros_2022

SEEDF/SUBIN/DSADHD

O longo período de escravização formal e suas continuidades têm ainda graves efeitos na **educação**. Para pessoas negras e indígenas há, por exemplo, maiores dificuldades para o acesso e permanência na educação básica e superior. Entre outros, acumulam-se contra as pessoas negras altos índices de analfabetismo, reprovação e exclusão escolar. Ou seja, entre pessoas não negras e negras, as últimas são atingidas de forma desproporcionalmente negativa em todos os índices educacionais, no Brasil e no Distrito Federal (Censo Escolar, 2020, 2023; PNAD, 2022).



Fonte: Fundação Vivo (2022), a partir de dados da PNAD 2019.



Somados a esses processos, frequentemente institucionalizados, há um sem-número de narrativas falaciosas que buscaram inscrever as populações negras e indígenas no imaginário nacional como inferiores, selvagens, violentas e/ou ignorantes, por exemplo, estereotipando-as. Kabengele Munanga (2010) explica que os conceitos de **raça** – enquanto **construção social** – e etnia são negativamente articulados socialmente assomando-se na configuração do **racismo**. Conseqüentemente, o racismo associa direta e hierarquicamente características intelectuais, psicológicas e morais de um dado grupo a suas características físicas ou biológicas. Essas noções naturalizadas permeiam a sociedade e as instituições, operando para além do nível individual nas relações, por ser **estrutural** (Conceição, 2010). Esses discursos fundamentam e motivam, por exemplo, discursos violentos que hipersexualizam mulheres negras e indígenas (tornando-as as maiores vítimas de estupro, feminicídio e vulnerabilidades diversas), crianças e adolescentes negros e indígenas como problemáticos, menos inteligentes e ineducáveis (impedindo-os de receber nas escolas atenção, afeto, cuidado ou proteção como seus pares de outras origens étnico-raciais) e homens negros e indígenas como violentos ou criminosos (percebido, por exemplo, nos índices de encarceramento, entre outros).



Na intenção de educar para as relações étnico-raciais e enfrentar o racismo, diversas ações vêm sendo implementadas, destacando-se, dentre elas, as **Leis nº 10.639/03 e 11.645/08**.



As Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 alteraram o art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que passou a vigorar nos seguintes termos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

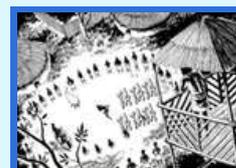
§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'

Para compreendermos o significado, efeitos e importância dessas leis é preciso, primeiramente, compreendermos que tanto as leis quanto os avanços curriculares e arranjos institucionais são conquistas legislativas que não surgiram do vazio. Elas são fruto de séculos de mobilização, resistência e reivindicações de indivíduos, Movimentos Negros e Movimentos Sociais. Desde o século XVI estes têm se organizado e agido de formas variadas para garantir a educação e condições de vida dignas a grupos historicamente vulnerabilizados.



Na busca por combater violências, apagamento histórico e discursos falaciosos de democracia racial e harmonia nas relações raciais no Brasil, indivíduos e movimentos negros e indígenas historicamente seguem reivindicando o respeito e a preservação de suas culturas, valores, territórios e identidades. Além disso, lutam pela afirmação e posituação de sua (auto)imagem, seja entre suas próprias comunidades, seja na sociedade de forma ampliada. Ao longo dos séculos diversas estratégias de resistência, como **insurreições, revoltas e quilombos**, foram mobilizadas por pessoas negras em resposta às violências da escravidão e como recusa a um ideário que não lhes reconhecia a humanidade. **Indivíduos, coletivos, grupos, partidos, escolas específicas, irmandades, agremiações, escolas de samba, terreiros e instituições religiosas**, entre outros, no pré e pós-abolição, atuaram na denúncia do racismo e garantia de direitos fundamentais, como o acesso à educação. Além deles, a **imprensa negra** desempenhou um papel crucial, entre 1900 e 1960, com jornais como *O Alfinete* e *O Clarim d'Alvorada*. A Imprensa Negra não somente combateu o imaginário racista, mas também educou a população negra sobre relevantes questões culturais e políticas. Por seus feitos e função pedagógica, esse conjunto de atores foi nomeado pela Profa. Dra. Nilma Lino Gomes de **Movimento Negro Educador** (2017). Abaixo alguns exemplos:



Revoltas & Quilombos

Quilombos: Palmares/AL (1650-1710), Quariterê (1730-95), Jabaquara (1880-86)-, Malunguinho/PE (1817-35)

Revoltas: dos Alfaiates/Conjuração Baiana (1798), dos Malês (1835), Balaiada (1838-1841), da Chibata (1910)

Líderes: Zumbi, Dandara, Aqualtune, Luiza Mahin, Tereza de Benguela, Manuel Faustino, João Cândido



1855-1856: Escola do Prof. Pretextato dos Passos e Silva, Rio de Janeiro/RJ.

1860-1878: Colégio Esperança. Fundado por Antônio Ferreira Cesarino e Balbina Cesarino. Campinas/SP.

Afroreferenciadas: E.M. Eugenia Anna dos Santos (BA, 1978); Escolinha Ma Filipa (BA, 2017); Escola Winnie Mandela (BA, 2016)



Escolas "negras"*

Pedagogias "negras"*

O Movimento Negro Educador e os saberes identitários, políticos e estético-corporais: proposto pela Profa. Dra. Nilma Lino Gomes.

Pretagogia: proposta de Sandra Haydée Petit, baseia-se nos valores civilizatórios afro-brasileiros e africanos.

Pedagogia Griô: proposta de Lillian Pacheco, integra a tradição oral africana e afro-brasileira ao contexto educacional.



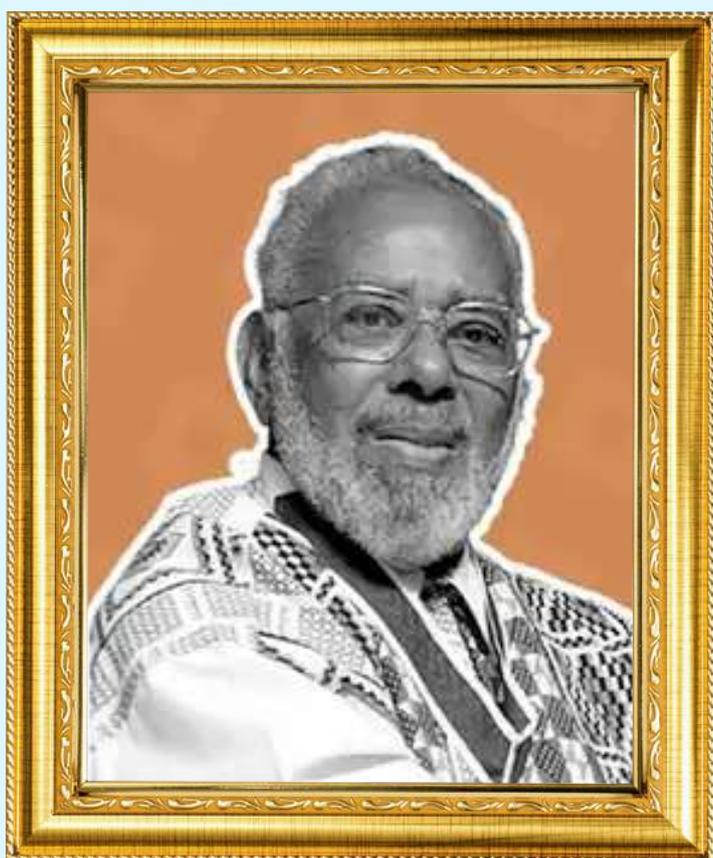
*nesse contexto, o termo "negras" destaca que foram iniciativas lideradas, imaginadas e/ou consolidadas para e por pessoas negras e/ou considerando suas demandas e perspectivas específicas.

A **Frente Negra Brasileira (FNB)**, atuante entre 1931 e 1937, foi outra organização fundamental na luta pela educação das pessoas negras. Com seu caráter político, informativo e beneficente, a FNB chegou a ter cerca de 60 mil associados e foi pioneira na criação de escolas e cursos de alfabetização para negros, atendendo mais de 4.000 alunos. Sua atuação no âmbito educacional foi essencial para lançar as bases das futuras reivindicações por uma educação mais inclusiva e representativa.



Destaca-se também o **Teatro Experimental do Negro (TEN)**, fundado em 1944 por Abdias do Nascimento. O TEN teve um papel crucial na formação de artistas, produtores e diretores negros (muitos de origem trabalhadora e humilde). Fomentou o engajamento na luta contra o racismo e a representação subalternizada, ofereceu cursos de alfabetização e fez reivindicações para a admissão subsidiada de estudantes negros em escolas públicas e universidades, reconhecendo os impactos do racismo na exclusão educacional.

Após essas ações, seguiram-se diversas outras mobilizações, como a **Marcha Zumbi dos Palmares** (1995) e a participação do Brasil na **III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata** (2001), em Durban.



Abdias Nascimento



Ruth de Souza



Os normativos são um conjunto de normas e regulamentos com objetivo de garantir a ordem e a justiça na sociedade. Para tanto, estabelecem uma série de direitos e deveres através de leis, regulamentos e atos. No Brasil, em grande parte, fruto das mobilizações negras e sociais, já existe um robusto conjunto de leis que consagram diversos princípios, resguardando os direitos étnico-raciais das populações negras e indígenas.

Segundo a Constituição Federal de 1988 e a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei n. 9.394/1996)**, o Brasil deve assumir responsabilidades frente essa questão. Nessa legislação, são destacados a prevalência dos Direitos Humanos, o repúdio ao racismo, o direito à educação e o dever de educar para a diversidade étnico-racial, cidadania e qualificação para o mundo do trabalho.

Nesses termos e considerando que a educação deve promover o reconhecimento e a valorização da diversidade étnica e cultural como componentes essenciais para a construção de uma sociedade justa e democrática, a escola precisa ser um agente agregador dos vários grupos que a compõem. A partir da sanção da **Lei nº 10.639**, em 09 de janeiro de 2003, ampliada pela **Lei nº 11.645**, em 10 março de 2008, alterou-se a LDB, tornando **obrigatório** o ensino de História e Cultura afro-brasileira e indígena na educação básica no Brasil, conforme orienta o artigo 26-A. Uma vez que essa regulamentação tem abrangência nacional, deve ser implementada e monitorada por todas as escolas públicas e privadas brasileiras, cabendo aos conselhos e secretarias de educação inúmeras ações diretas e indiretas para possibilitar sua implementação, monitoramento e efetividade. Tais legislações foram consolidadas com base nas orientações do **Parecer CNE/CP 03/2004**, que instrumentalizou a **Resolução CNE/CP 01/2004**, aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. No cenário nacional, esses instrumentos orientam, regulamentam e instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 🖐️

Conforme apontam tais diretrizes, a escola é um espaço privilegiado para a promoção da igualdade e a eliminação de toda forma de discriminação e racismo. Ao possibilitar a convivência de pessoas com diferentes origens étnicas, culturais e religiosas, a escola deve avançar na abordagem dessas temáticas de forma abrangente e inclusiva durante todo o ano letivo. É imprescindível promover a construção de diálogos e iniciativas que abordem e desconstruam preconceitos e estereótipos.

Dentre outros documentos norteadores, também são relevantes para a temática:

- **"Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena"** - Parecer CNE/CEB 14/99; Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012.
- **Plano Nacional de Educação** (Lei nº.10.172/01) - Meta nº 8;
- **"Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais"** (2010), pelo MEC/SECADI;
- **"Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana"** (2013), pelo MEC/SECADI;
- **"Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola"** (2013, atualizado em 2023), uma parceria da Ação educativa, Unicef, SEPIIR e MEC.

Destacam-se, também, as seguintes Leis e Políticas Públicas nacionais:

- **Resolução CEB nº 3/99:** Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências;
- **Estatuto da Igualdade Racial** - Lei nº 12.288/2010 - trata-se de uma lei federal que promove e estabelece diretrizes para igualdade racial;
- **Lei de cotas** - Lei Federal nº 12.711/2012, reformulada pela Lei nº 14.723/2023 - torna permanente a reserva de vagas nas universidades federais e instituições de ensino técnico de nível médio federais para negros, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e quilombolas
- **Lei 14.532**, de 11 de janeiro de 2023: equipara a injúria racial ao crime de racismo. Com isso, a pena tornou-se mais severa, com reclusão de dois a cinco anos, além de multa, não cabendo mais fiança e tornando o crime imprescritível.
- **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)** - Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024 - visa implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola;

São também de importância os seguintes documentos internacionais, dos quais o Brasil é signatário:

- **Convenção Americana sobre Direitos Humanos** - OEA - Pacto de São José da Costa Rica - Decreto n.º 678, de 06.11.1992;
- **Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas** - ONU - 13.09.2007

Conforme esse conjunto de documentos, a escola e as equipes pedagógicas e gestoras têm a responsabilidade de conhecer os contextos e as necessidades específicas de sua comunidade estudantil e intervir pedagogicamente visando a eliminação do preconceito racial.



Se desejamos uma escola comprometida com a justiça social, é indispensável estabelecer novas percepções sobre a diversidade racial por meio da conscientização crítica das novas gerações. O primeiro passo é reconhecer a existência do racismo para enfrentá-lo, pois sua negação em nada contribui para a equidade.

Cabe destacar que a **temática das relações étnico-raciais e o ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena devem perfazer o currículo escolar durante todo o ano letivo, assim como devem compor o Projeto Político Pedagógico (PPP)**. Ressalta-se que as coordenações pedagógicas, conforme conduzidas de forma planejada, consistente e fundamentada, são momentos valiosos de discussões, planejamento e construções coletivas (SEE-DF).

Dessa forma, reforçamos a importância de organizar o trabalho pedagógico de forma a valorizar os saberes das/dos estudantes e incentivar o protagonismo estudantil, especialmente por meio de práticas inter/transdisciplinares. Elas podem, ser mobilizadas, especialmente, pelos **Eixos Transversais do Currículo em Movimento do Distrito Federal** - “Educação para a Diversidade” e “Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos” (SEE-DF) e no atendimento às competências 3, 8, 9 e 10 da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**.



Conheça o perfil demográfico da nossa rede



De acordo com o Censo Escolar do INEP (2023), a composição étnico-racial dos estudantes na rede pública do Distrito Federal pode ser descrita da seguinte maneira:

Total de Estudantes: 427.781

Feminino: 208.680

Masculino: 219.101

Pretos/Pardos: 192.612 (45,02%)

Amarelos/ Indígenas: 2.126 (0,5%)

Branco: 86.765 (20,29%)

Não Declarados: 146.278 (34,22%)



Distribuição Étnico-Racial:

- **Pretos e Pardos:** Com 192.612 estudantes, essa categoria representa a maior parte do contingente escolar, totalizando 45,02% dos estudantes. Este número é significativo e indica uma representatividade maior do que a observada em outras regiões do país.
- **Branco:** Com 86.765 estudantes, correspondendo a 20,29%, a categoria de estudantes brancos é a segunda mais numerosa.
- **Indígenas e amarelos** representam 0,09% e 0,4%, respectivamente.

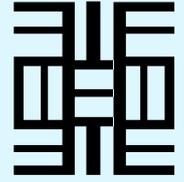
Estudantes Não Declarados:

O número de 146.278 estudantes não declarados equivale a 34,22% do total. Esse percentual é significativo e pode indicar uma subnotificação nas categorias étnico-raciais, o que sugere que os números apresentados podem estar subestimados.

Implicações: A predominância de estudantes que se autodeclaram pretos e pardos (mais da metade do total de estudantes) destaca a necessidade de políticas educacionais que considerem a diversidade racial e étnica. Além disso, a alta proporção de estudantes não declarados aponta para a necessidade de melhorar os processos de coleta de dados e sensibilização sobre a importância da autodeclaração, para uma melhor compreensão das desigualdades e formulação de políticas públicas.



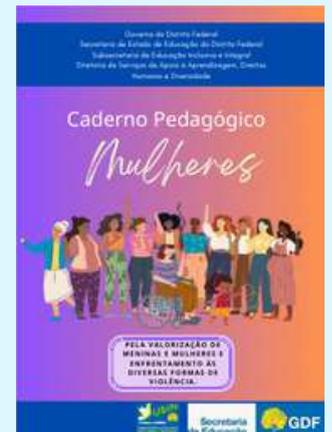
Projetos, ações e publicações da Subin/SEEDF para o enfrentamento ao racismo e discriminações variadas



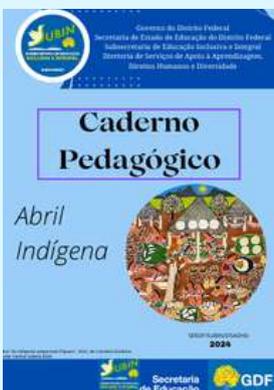
Considerando as orientações vigentes, as demandas específicas de estudantes negros e indígenas, a rede pública de ensino do Distrito Federal, por meio de políticas públicas e um conjunto de ações afirmativas, visa garantir a equidade racial, ampliar acessos e oportunidades às pessoas negras e reduzir desigualdades raciais, conforme demonstram as ações abaixo:

SEMINÁRIOS, FÓRUMS, PALESTRAS E ATIVIDADES FORMATIVAS:

- **Seminário de Direitos Humanos e Diversidade: Pluralidade e Inclusão na Educação.** Palestras sobre a temática de Educação para as Relações Étnico-Raciais, sob coordenação da Diretoria de Serviços de Apoio à Aprendizagem, Direitos Humanos e Diversidade (DSADHD).
- **Fórum de Educação em Direitos Humanos e Diversidade.** Apresentação e debate de projetos desenvolvidos pelas unidades escolares sobre os diversos temas em Educação em Direitos Humanos e Diversidade, entre eles a educação antirracista e a educação para as relações étnico-raciais. Coordenação da DSADHD.
- **Protocolo de Consolidação de Educação Antirracista.** Em atendimento ao compromisso de enfrentamento ao racismo, respeito e valorização da cultura afro-brasileira e educação das relações étnico-raciais, está em andamento a construção e revisão coletiva do Protocolo. O documento atende aos compromissos com o MPDFT e com a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq).
- **Elaboração e divulgação a todas as unidades escolares da Rede Pública de Ensino de Cadernos Pedagógicos e Folders temáticos.** Orientações pedagógicas para serem realizadas ao longo de todo o ano letivo, com culminância no mês da Consciência Negra (novembro).



Caderno Pedagógico Mulheres



[Abril Indígena](#)



[Estudantes Migrantes](#)



[Consciência Negra 2º edição](#)



[Consciência Negra 1º edição](#)





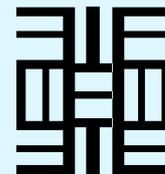
Publicações e orientações da SEEDF atinentes à educação das e para as relações étnico-raciais (ERER)

- **Currículo em Movimento da Educação Básica - Pressupostos Teóricos** - Apresenta as teorias crítica e pós-crítica, da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural, como fundamentação teórica para as práticas pedagógicas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e para o próprio Currículo em Movimento. O documento apresenta como Eixos Transversais: *Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade*. Estes devem ser trabalhados pedagogicamente em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/1_pressupostos_teoricos.pdf
- **Guia de Valorização da Vida**, elaborado pela DSADHD/Gseaa, publicado ao final do ano de 2023, visa, dentre outras metas, promover o respeito e a valorização das diferenças, a igualdade de direitos e oportunidades, combatendo a intolerância e a violência, além do significativo sofrimento por elas causado. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/guia-de-valorizacao-da-vida-26dez23.pdf>.
- **Caderno Orientador: convivência escolar e cultura de paz**, publicado pela SEEDF no ano de 2020, cujo objetivo é disponibilizar um referencial informativo e formativo capaz de oferecer à comunidade escolar e à rede de proteção (educação, saúde, segurança, justiça, assistência social, cultura, outros), um compilado prático que alinha os conceitos ligados ao campo dos Direitos Humanos, da Cultura de Paz e da Mediação de Conflitos para uma ação educativa, integrada e interventiva. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Caderno-Convivencia-Escolar-e-Cultura-de-Paz.pdf>.
- **Podcast - Educação antirracista**: um Podcast do Núcleo Digital de aperfeiçoamento da educação inclusiva e integral, parceria da SUBIN e EAPE. Na roda de conversa trata-se da educação para as relações étnico-raciais na SEEDF perpassando os efeitos duradouros da escravidão no Brasil para a educação básica e conceitos-chave como racismo estrutural e institucional. Orienta, ainda, para estratégias, materiais, normativas e práticas pedagógicas antirracistas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vlggpiD8-Og>.



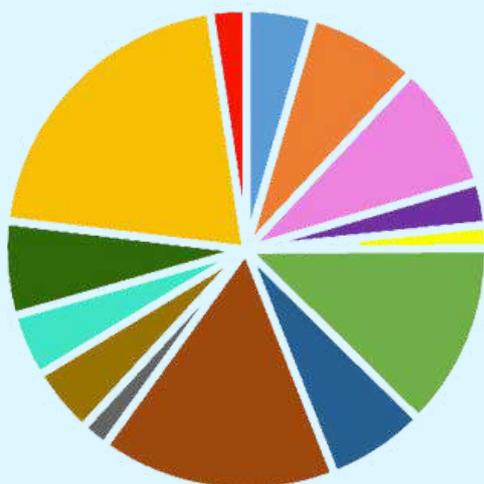


Projetos e ações das UEs e CREs para a EREER e o enfrentamento ao racismo



Destaca-se também o compromisso de vários profissionais da educação e escolas públicas do Distrito Federal com a educação antirracista. Estes têm desenvolvido ações e práticas pedagógicas e formativas voltadas à consolidação da educação das relações étnico-raciais e enfrentamento ao racismo. Abaixo, destacam-se dados sobre projetos desenvolvidos em EREER, em 2023, e algumas iniciativas conduzidas pelas escolas e CREs da SEEDF, representativas de diversas outras ações de sucesso construídas ao longo dos anos.

Projetos e iniciativas voltados à EREER - Escolas públicas da SEEDF, por CRE (2023)



CRE	TOTAL	%
Brazlandia	17	4,51%
Ceilandia	28	7,43%
Gama	32	8,49%
Guara	11	2,92%
N. Bandeirante	6	1,59%
Paranoá	47	12,47%
Planaltina	25	6,63%
Plano Piloto	60	15,92%
Samambaia	7	1,86%
Santa Maria	17	4,51%
São Sebastião	16	4,24%
Sobradinho	24	6,37%
Taguatinga	78	20,69%
Recanto das Emas	9	2,39%
TOTAL	377	

Fonte: Elaboração GDHD a partir de dados informados pelas CRES e UES via formulário.

- Escola Classe 18 do Gama**
Prêmio Prêmio Educar com Equidade Racial e de Gênero CEERT (2023)
- Projeto Educação Antirracista o Ano Todo (PEA)**
CRE Recanto das Emas
- Circulando Africanidades**
CRE Paranoá
- Taguatinga Plural: Educação antirracista e herança indígena**
CRE Taguatinga
- Projeto de Valorização das Culturas Afro-brasileira e Indígena**
CEI 01 de São Sebastião
- Projeto "365 dias de Consciência Negra"**
CED 310 de Santa Maria


Clique em cada placa e saiba mais! 

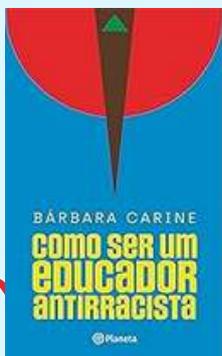
O que é ser antirracista ou uma Educação Antirracista?



Ser **antirracista** não é novidade, como bem aprendemos com as lutas negras por educação. Ser antirracista significa contribuir ativamente para a transformação social (Gomes et al., 2012) ao combater discriminações que relegam um tratamento inferiorizante a pessoas negras, indígenas, Ciganas/romani etc. Como explica Djamilia Ribeiro "não basta só reconhecer o privilégio, precisa ter ação antirracista de fato"*.

A Profa. Dra. Eliane Cavalleiro (2001) aponta

8 pilares da Educação Antirracista:



Em **Como ser um educador antirracista**,

Bárbara Carine, conhecida nas redes como "uma intelectual diferente", discute sobre como a educação e a escola podem ser pensadas a partir de perspectivas não ocidentalizadas e, sobretudo, racializadas.

A autora esmiúça conceitos ligados à luta antirracista, como pacto da branquitude, racismo estrutural, cotas raciais e educação emancipatória, para (re)pensar as ações pedagógicas e a formação e o papel dos educadores, que são, afinal, todos nós, os "doadores de memórias" que integram a escola.

Longe de ser um manual com fórmulas prontas, o livro, resultado de anos de experiência da autora como educadora e idealizadora da Escola Maria Felipa, primeira escola afro-brasileira registrada em uma Secretaria de Educação no Brasil, faz um convite aberto para o leitor conhecer e desenvolver práticas antirracistas em sala de aula e na vida.

1. Reconhece a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Busca permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudia qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuida para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas.
4. Não despreza a diversidade presente no ambiente escolar: utiliza-a para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as alunos/as.
5. Ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira.
6. Busca materiais que contribuam para a eliminação do "eurocentrismo" dos currículos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de "assuntos negros".
7. Pensa meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial.
8. Elabora ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas pertencentes a grupos discriminados

"A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de **igualdade** no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de **desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público**".

(SILVA, 2007, p. 490)

Qual o objetivo da Educação das Relações Étnico-Raciais?



*Fonte: "Donas da Rua", por Maurício de Sousa

"a educação das relações étnico-raciais deve ser conduzida, tendo-se como referências os seguintes princípios (BRASIL, 2004b, p. 17):
"consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações".

(SILVA, 2007, p. 490)



POR ONDE COMEÇAR?

- "não fazer vista grossa para as tensas relações étnico-raciais que "naturalmente" integram o dia-a-dia de homens e mulheres brasileiros;
- admitir, tomar conhecimento de que a sociedade brasileira projeta-se como branca;
- ficar atento(a) para não reduzir a diversidade étnico-racial da população a questões de ordem econômico-social e cultural;
- desconstruir a equivocada crença de que vivemos numa democracia racial".
- pense sobre o seu lugar de fala;
- compreenda o racismo como um tema atual e se comprometa com seu letramento racial;
- revise o currículo de forma a identificar de que maneira a questão racial pode permear o trato dos objetivos de aprendizagem e conteúdos;
- zele pela mediação de conflitos e pelo cuidado de todos para que violências naturalizadas não passem despercebidas;

 (Silva, 2007, p. 492)

 (Adaptado de "Como colocar em prática a educação antirracista na sua escola", Instituto Alana)

A professora **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva**, expoente do Movimento Negro e uma das maiores intelectuais negras em ERER, foi uma das #DonasdaRua, da Turma a Mônica, de Maurício de Sousa (ver @turmadamonica). A intelectual gaúcha, dona de vasta produção acadêmica, também é homenageada em selos nacionais de educação antirracista que carregam seu nome.



Análise dos contextos escolares



Adaptado da Foto/Ilustração de Dora Lia/Alma Preta Jornalismo

Que tal usar os "**Indicadores da qualidade na educação - Relações Raciais na Escola**" para mobilizar diferentes sujeitos da comunidade escolar para **discutir formas de superação do racismo no cotidiano escolar e na sociedade?**

Após o processo de sensibilização e responsabilização, um passo importante na caminhada antirracista é realizar um **diagnóstico** do contexto escolar. Sugere-se, para tanto, a utilização da publicação "*Indicadores da qualidade na educação: relações raciais na escola - Antirracismo e Movimento*" (2023), organizado pela Ação Educativa. Os Indicadores podem ser entendidos como "sinais" que revelam sobre uma determinada realidade. Os Indicadores da Qualidade na Educação: Relações Raciais na escola "busca identificar como está a implementação da LDB alterada pela Lei 10.639/2003 e de suas respectivas Diretrizes Nacionais Curriculares" (Ação Educativa, 2023, p. 21) na escola. A partir disso, pode-se analisar o que vai bem e o que melhorar, viabilizando a identificação e elaboração de ações prioritárias que possibilitem o avanço da EREER. Para tirar o máximo da metodologia desenvolvida pela Ação Educativa, é importante que toda a comunidade escolar seja envolvida no processo!



Formulário:

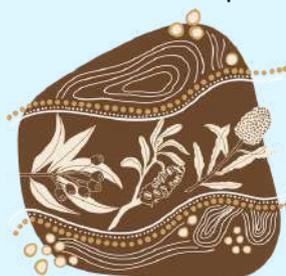
https://bit.ly/Indicadores_RelacoesRaciais_Analise

Os "Indicadores..." fazem parte da Coleção "**Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar**", que busca contribuir para que as escolas desenvolvam um processo de autoavaliação participativa sobre a implementação da lei 10.639/03, ampliem a roda de pessoas e coletivos envolvidos com a superação do racismo e de outras discriminações e construam um plano de ação estratégica que gere transformações efetivas no cotidiano escolar. Disponível em: <https://relacoesraciais.acaoeducativa.org.br/material/colecao-educacao-e-relacoes-raciais/>



Feito o diagnóstico, as etapas seguintes incluem **problematizar e operacionalizar** um plano de ação. A partir da colaboração entre equipes gestoras, pedagógicas e comunidade escolar, as escolas podem e devem trabalhar em prol de presentes e futuros de justiça e equidade, ao que a educação antirracista faz-se fundamental. Ao solidificar práticas antirracistas no currículo escolar, é possível criar um ambiente de aprendizado que valorize a diversidade, a cultura, os conhecimentos tradicionais e teórico-científicos bem como a história dos povos negros e indígenas.

Para tornar-se ou sustentar-se antirracista, cabe embarcar em jornadas de **reflexão, autoexame** e compromisso com uma **(re)educação** contínua ou **deseducação do racismo**. Considerando as orientações nacionais e distritais, propõem-se as perguntas abaixo para provocar reflexões acerca de responsabilidades, panoramas e caminhos a construir e seguir:



O que está ausente dos padrões e estruturas curriculares que são necessários para o desenvolvimento holístico e a realização de letramentos robustos para nossos estudantes e equipes gestoras/pedagógicas?

? As identidades, conhecimentos e demandas históricas específicas de estudantes, suas famílias, culturas e da sociedade ampliada são mobilizados criticamente pelo currículo? As práticas pedagógicas escolhidas provocam ações que visam a transformação social?

De que formas temos conhecido, compartilhado e valorizado as histórias, vivências e conhecimentos de estudantes, de suas famílias, de suas culturas e da sociedade ampliada?

? Como essas histórias subsidiam/complementam e dialogam com os conteúdos, materiais, práticas, recursos pedagógicos e estratégias processuais de avaliação?





Quais grupos sociais e étnico-raciais, em suas características e vivências específicas, estão contemplados ou não, positiva ou negativamente, nos elogios, incentivos, exemplos pedagógicos, demonstrações de afeto, cuidados e atenção básica, represálias/intervenções, brincadeiras/comentários, participação como protagonistas e domínio de turnos de fala e contato físico ou visual?

De que formas temos incentivado o protagonismo e a colaboração estudantil para fomentar processos de aprendizagem, despertar a curiosidade e equilibrar o desafio de forma a tornar as aulas momentos seguros e acolhedores?



Como os materiais e recursos utilizados vão ajudar no desenvolvimento da identidade, habilidades, intelecto, criticalidade e bem-estar emocional de estudantes?

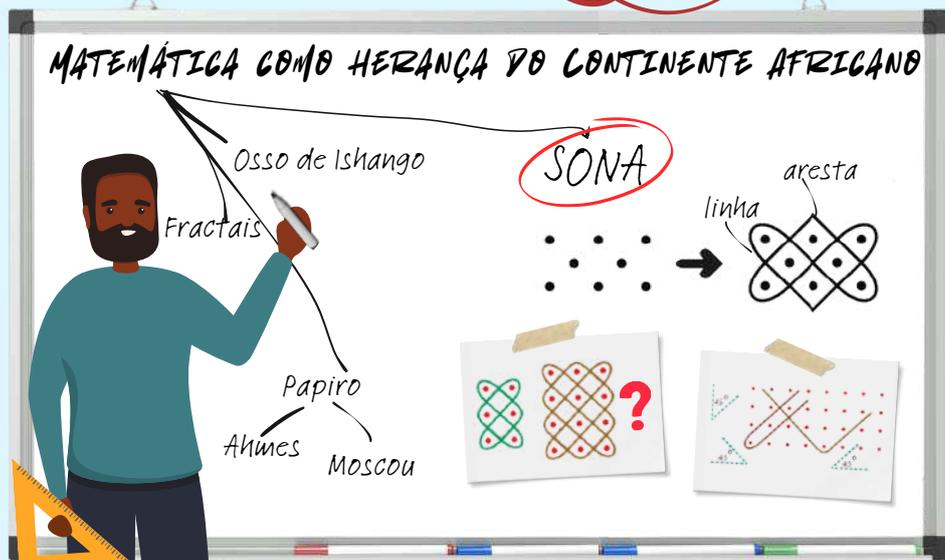


A partir destas e de outras questões/reflexões pertinentes, propomos a seguir alguns apontamentos sobre Educação Antirracista, dicas para diagnósticos da escola ou turmas, curadoria de materiais e sugestões pedagógicas para utilização nas escolas e aulas. Destaca-se que este guia deverá ser acompanhado de estudo contínuo e aprofundado a partir de cursos, pesquisas e debates que visem a reflexão sobre os temas tratados.

Intencionalidade pedagógica, reflexividade e compromisso crítico são aspectos fundamentais para a consolidação de práticas pedagógicas e currículos antirracistas. Isso significa, por exemplo, **escolher** preparar e utilizar materiais ou formas de ensinar que sejam fruto de experiências e perspectivas negras, indígenas, femininas, ciganas/Romani e de pessoas migrantes de diversos povos, culturas e países. Ou seja: **significa se comprometer-se com essas perspectivas e garantir que estejam presentes tanto na forma de ensinar quanto no conteúdo abordado**. Isso viabiliza o desenvolvimento de capacidades essenciais à transformação social. A exemplo, considere os "Valores civilizatórios Afro-Brasileiros", legado de Azoilda Trindade, que representam princípios fundamentais para as culturas afro-brasileiras e reflita:



Como os valores civilizatórios afro-brasileiros podem orientar minhas aulas?



Os "Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros" refletem os modos de viver e pensar das populações negras, ou seja, suas cosmopercepções.

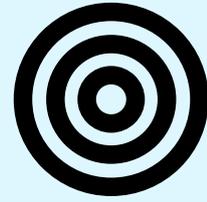
Como ilustra a figura ao lado, que tal ensinar raciocínio lógico, progressão, funções, geometria e uma infinidade de outros assuntos e habilidades a partir das contribuições da etnomatemática com a **GEOMETRIA SONA?**

Os sona fazem parte da tradição oral do povo Tchokwe, que habita o nordeste da Angola, partes da Zâmbia e áreas da República Democrática do Congo. Os sona (plural de lusona) são desenhos que são feitos com as extremidades dos dedos de forma contínua. Representam histórias, fábulas, provérbios, jogos, animais, entre outros. Além de seu uso decorativo em peças de arte e artesanato, os sona revelam um aguçado pensamento lógico-matemático, refinando habilidades psico-motoras essenciais ao desenvolvimento do cérebro e aprendizado.

*Imagem adaptada a partir de: <https://www.matematicafacil.com.br/2016/08/matematica-continente-africano-sona-desenhos-matematicos-areia.html> e https://www.sbemrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/7092_3582_ID.pdf



Sugestões de leitura para PROFESSORAS/ES

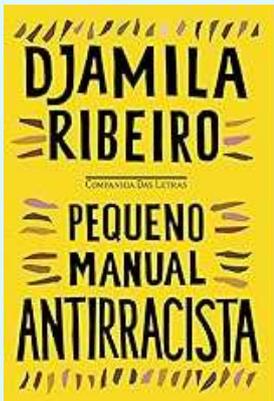


Aprendizado contínuo e letramento racial são fundamentais para uma prática educativa antirracista!

Neste que é um dos livros de filosofia política mais relevantes escritos no Brasil, Sueli Carneiro oferece uma interpretação contundente do racismo e uma defesa de seu enfrentamento sempre pelo coletivo, onde o cuidado de si e o cuidado do outro se fundem na busca da emancipação. Fruto de sua tese de doutorado, nele, a autora aplica os conceitos de dispositivo e de biopoder de Michel Foucault ao domínio das relações raciais, forjando o que chama de **dispositivo de racialidade** — que produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, representado pela branca.



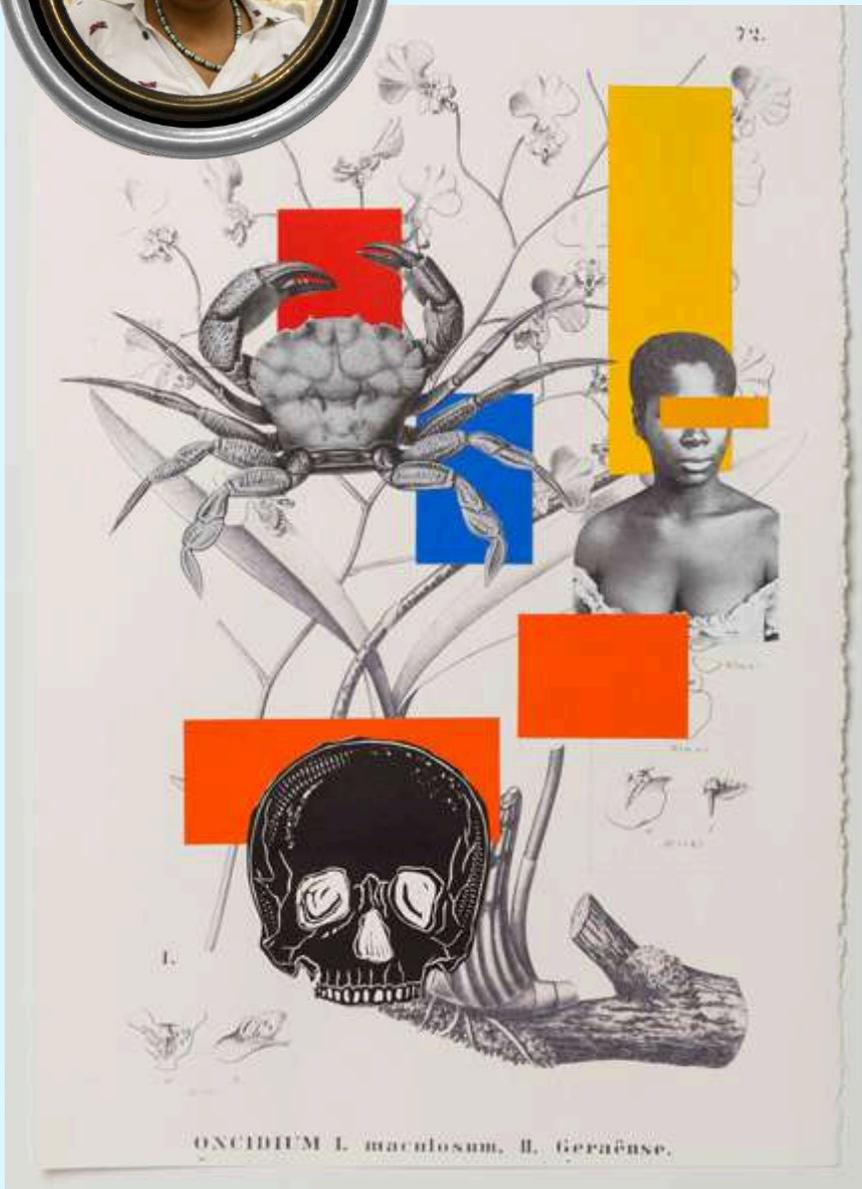
Neste pequeno manual, a filósofa e ativista Djamila Ribeiro trata de temas como **atualidade do racismo, negritude, branquitude, violência racial**, cultura, desejos e afetos, apresentando caminhos de reflexão para aqueles que queiram aprofundar sua percepção sobre discriminações racistas estruturais e assumir a responsabilidade pela transformação do estado das coisas. Já há muitos anos se solidifica a percepção de que o racismo está arraigado em nossa sociedade, criando desigualdades e abismos sociais: trata-se de um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um sujeito. Reconhecer as raízes e o impacto do racismo pode ser paralisante. Afinal, como enfrentar um monstro desse tamanho? Djamila Ribeiro argumenta que a prática antirracista é urgente e se dá nas atitudes mais cotidianas. E mais ainda: é uma luta de todas e todos.



Diante de dezenas de recusas em processos seletivos, Cida Bento identificou um padrão: por mais qualificada que fosse, ela nunca era a escolhida para as vagas. O mesmo ocorria com seus irmãos, que, como ela, também tinham ensino superior completo. Por outro lado, pessoas brancas com currículos equivalentes — quando não inferiores — eram contratadas. Em suas pesquisas de mestrado e doutorado, a autora se dedicou a investigar esse modelo, que se repetia nas mais diversas esferas corporativas, e a desmistificar a falácia do discurso meritocrático. O que encontrou foi **um acordo não verbalizado de autopreservação**, que atende a interesses de determinados grupos e perpetua o poder de pessoas brancas. A esse fenômeno, Cida Bento deu o nome de **“pacto narcísico da branquitude”**.



Conheça artistas negras(os) e suas obras



Rosana Paulino. Obra da série "Geometria à Brasileira" (2018), de Rosana Paulino. Crédito: rosanapaulino.com.br

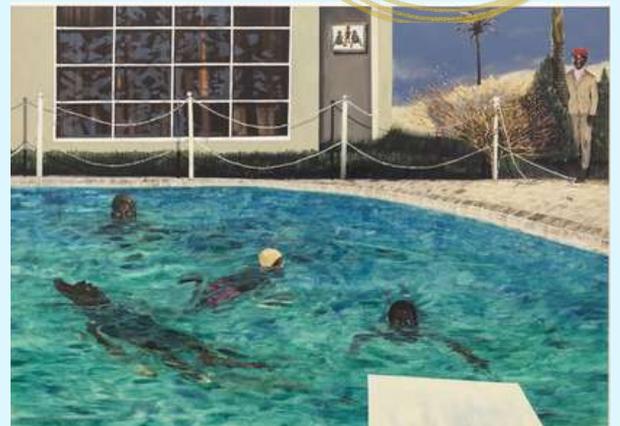
Antonio Obá. Nascido em 1983, em Ceilândia, cidade-satélite de Brasília, reconfigura em seu trabalho aspectos de uma tradição interiorana que permeia o universo religioso brasileiro que reflete criticamente sobre a ideia de um dito sincretismo e situações históricas ligadas ao preconceito étnico. Traz em suas obras uma memória afetiva, que propõe a reflexão íntima sobre o corpo (seu corpo miscigenado, negro, preto), mas que se dá (a rigor do termo) em sacrifício em narrativas que contam uma história brasileira vista de um corpo que finca os pés nas raízes de uma tradição, em vários contextos, ainda marginalizada.

Rosana Paulino apresenta um trabalho centrado em torno de questões sociais, étnicas e de gênero, concentrando-se em particular nas mulheres negras da sociedade brasileira e nos vários tipos de violência sofridos por esta população devido ao racismo e ao legado duradouro da escravidão. Paulino explora o impacto da memória nas construções psicossociais, introduzindo diferentes referências que intersectam a história pessoal da artista com a história fenomenológica do Brasil, tal como foi construída no passado e ainda persiste até hoje.

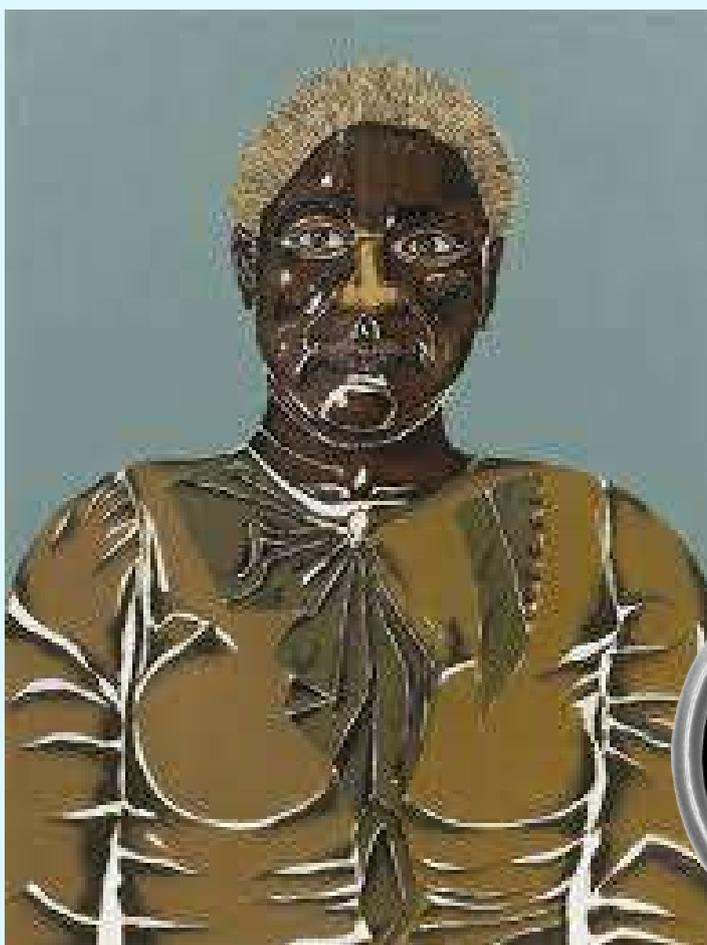
Fonte: <https://arteref.com/arte-contemporanea/rosana-paulino-biografia-e-trajetoria/>

Materiais:

https://www.rosanapaulino.com.br/files/ugd/7d7c68_a643227621754b0da9f9e49809cf774d.pdf



Antonio Obá. Banhistas N3 – Espreita.



Dalton Paula. Ganga Zumba. Óleo e folha de ouro sobre tela . 61 x 45 cm | 2020 | Foto: Joerg Lohse

Dalton Paula nasceu em 1982 em Brasília/DF; e mora e trabalha em Goiânia/GO, é bacharel em Artes Visuais e discute o corpo silenciado no meio urbano). Artista visual, pintor, gravurista e performer. Seus trabalhos apresentam um processo de recriação e de reconstrução de identidades históricas e culturais, por meio do compartilhamento de uma memória comum e da divulgação de conhecimentos legados pelos povos escravizados.



Gê Viana nasceu em Santa Luzia, Maranhão, em 1986, mas vive e trabalha em São Luís. Formada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a artista produz colagens e fotomontagens, analógicas e digitais, inspiradas em acontecimentos da vida familiar e do cotidiano, confrontando a cultura colonizadora hegemônica e os sistemas de arte e comunicação.

As imagens de arquivo que trago são imagens que ainda carregam um trauma histórico do nosso povo, então pensei num modo de apropriação para trazer outras narrativas, que trabalhem possibilidades mais felizes, pois sinto que nossa felicidade está em risco."



Gê Viana. Sentem para jantar, 2021. Da série 'Atualizações Traumáticas de Debret'. Colagem digital. 42 x 59,4 cm

Sugestões de ações interventivas!



Produção de brinquedos

Outra forma de desarmar o preconceito é propiciando que as crianças possam brincar com bonequinhos de todas as cores e etnias. Entretanto, como ainda é incomum encontrar brinquedos industrializados que reproduzam pessoas não brancas, a dica é colocar a mão na massa. Com o auxílio dos professores, as crianças podem usar diversos tons de tecido para criar seus próprios bonecos de pano.

Conheça um pouco sobre a história da boneca Abayomi, símbolo da identidade afro-brasileira, nos links:

<https://www.youtube.com/watch?v=4VzU3O4Cpq0>

<https://www.youtube.com/watch?v=CGGG92EfGjI>

<https://www.youtube.com/watch?v=Fl6s8a7ietM>

Aprenda como confeccionar uma boneca Abayomi:

<https://www.youtube.com/watch?v=5hQ33WVzK2I>



Contato com música

As atividades lúdicas têm grande importância na pré-escola e isso inclui, igualmente, o universo musical. Assim, a sala de aula pode ser o espaço perfeito para que as crianças tenham contato com cantigas africanas. O portal Geledés do Instituto da Mulher Negra Geledés fez uma seleção de músicas que cantam o que é ser negro no Brasil.



A lista pode ser consultada no link:

https://www.geledes.org.br/29-musicas-que-cantam-o-que-e-ser-negro-no-brasil/?gclid=CjwKCAjw4P6oBhBsEiwAKYVvkq3Mzg87RuRsYScHS3FY4ds454NQAJ6qg7caTA_I9xwhMzVJ_qZ5ScxoC8fgQAvD_Bw

Mais uma sugestão de canção infantil:

Black black - Música infantil de respeito às diferenças e diversidade - Dia da Consciência Negra -

<https://www.youtube.com/watch?v=O9tp2lmWC-M>

Pode-se aprender sobre alguns instrumentos musicais afro-brasileiros nos links:

<https://www.youtube.com/watch?v=ZHqdGnViszg>

<https://www.youtube.com/watch?v=fyQmHjyy0ZU>

Aprenda também a confeccionar um *cabuletê* e um *tambor*, instrumentos de percussão de origem africana, de maneira fácil e utilizando materiais recicláveis:

<https://www.youtube.com/watch?v=oo47usFjEw4>

Sugestões de ações interventivas!



Rodas de conversa

A disposição em círculo é uma ótima forma de propor novos temas à turma, uma vez que transmite a ideia de união, além de atender ao valor civilizatório afro-brasileiro de *circularidade*. Nessa roda, deve ser estimulado o diálogo aberto e a participação de todos, inclusive para debater a respeito de diversos aspectos da história e cultura afro-brasileira e Africana, possíveis episódios de preconceito, diálogo sobre obras dos pensadores negros, por exemplo, também cabem nesse formato.



Identificação de materiais

A infância e adolescência são fases de formação de identidade e subjetividade. Assim, sugere-se solicitar imagens, objetos, livros e vídeos nos quais os estudantes se reconheçam e reconheçam elementos da cultura negra. Também é importante identificar diferenças entre si e os colegas, estimulando o respeito à diversidade cultural. A cartilha antirracista abaixo suscita questões que podem contribuir com essa sugestão: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/07/Cartilha-de-Combate-ao-Racismo-2020.pdf>.



Leitura de contos e livros

A literatura também é uma poderosa ferramenta na hora de trabalhar a questão étnico-racial em sala de aula, especialmente quando entram em cena os universos fantásticos e sedutores das lendas e mitos. Assim, o professor deve escolher materiais diversificados, que incluem histórias de origem africana e afro-brasileira.

Curadoria de livros e preparação de atividades

Há uma infinidade de materiais literários ou não relacionados às temáticas étnico-raciais e que podem ser utilizados para instrumentalizar uma educação antirracista. No entanto, frequentemente encontramos materiais que tratam o tema e os sujeitos de forma inadequada, pejorativa, ofensiva ou que reproduz narrativas históricas de submissão, atraso ou objetificação. Tais materiais agravam o racismo e a violência racial. Abaixo sugerem-se perguntas que podem auxiliar na escolha de materiais pedagógicos e na elaboração de atividades, exercícios, sequências didáticas e projetos pedagógicos.

1. Autoria e Perspectiva

- a) O material foi escrito/produzido/ilustrado por pessoas negras?
- b) Se não, o autor demonstra competência e pesquisa apropriada sobre o tema?
- c) As fontes citadas incluem referências de autores negros?
- d) O texto evita a perspectiva do "salvador branco"?



2. Representatividade Visual

- a) Há personagens negros em posições de protagonismo?
- b) As ilustrações mostram diversidade de tons de pele, traços e cabelos?
- c) Os personagens negros aparecem em diferentes papéis sociais e profissionais?
- d) As imagens evitam estereótipos na representação de pessoas negras?

3. Conteúdo e Linguagem

- a) O texto vai além da escravidão ao abordar a história negra?
- b) São apresentadas referências positivas da cultura afro-brasileira e africana?
- c) A linguagem evita termos pejorativos ou racistas?
- d) O material valoriza a ancestralidade e saberes africanos?
- e) Há menção a conquistas, invenções e contribuições de pessoas negras?

4. Contexto Histórico e Social

- a) O racismo estrutural é abordado de forma adequada à faixa etária?
- b) O material evita vitimização e apresenta resistência e protagonismo negro?
- c) São apresentados exemplos contemporâneos de pessoas negras bem-sucedidas?
- d) O texto contextualiza desigualdades sem naturalizá-las?

5. Adequação Pedagógica

- a) O conteúdo é apropriado para a faixa etária (3º ao 5º ano)?
- b) O material promove reflexão e discussão?
- c) Há sugestões de atividades que valorizam a identidade negra?
- d) O texto oferece oportunidades para desenvolver pensamento crítico?

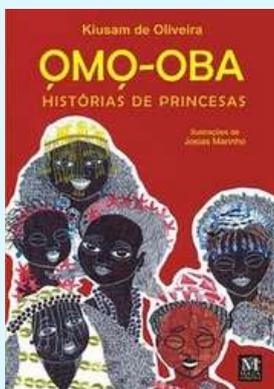
6. Perspectiva Interseccional

- a) O material considera diferentes experiências dentro da comunidade negra?
- b) Há representatividade de gênero nas histórias e exemplos?
- c) São abordadas diferentes configurações familiares?
- d) O texto considera aspectos regionais e socioeconômicos?



Sugestões de leitura

Educação Infantil



Omo-Oba-Histórias de Princesas .

Texto de Kiusam de Oliveira e ilustrações de Josias Marinho. Mazza Edições, 2009.

O livro reconta mitos africanos, divulgados nas comunidades de tradição ketu, pouco conhecidos pelo público em geral e que reforçam os diferentes modos de ser em relação ao feminino, nos permitindo trabalhar o emponderamento das meninas dos novos tempos. Dividido em seis mitos, relata as histórias de Oiá, Oxum, Iemanjá, Olocum, Ajê Xalugá e Oduduá.

Todas as cores do negro.

Texto e ilustrações de Arlene Holanda. Brasília/DF: Conhecimento, 2008.

Aborda em linguagem de prosa poética o universo da cultura e herança dos povos africanos no Brasil. Passeia pelo processo histórico da escravidão, com foco na resistência e se demora no período pós-abolição: as condições de abandono a que foram submetidos os negros, as estratégias de sobrevivência, o preconceito, a segregação social.



Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!

Texto de Lucimar Rosa Dias e ilustrações de Sandra Beatriz Lavandeira. Editora Alvorada, 2012.

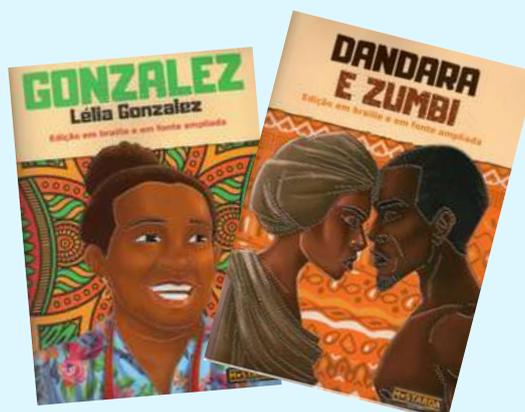
O livro infantil conta a história de Luanda, uma menina negra muito sapeca e vaidosa, que adora o seu cabelo crespo onde envolve tod@s da família nos diversos penteados que inventa para desfilas sempre linda na escola. Foi seu pai quem escolheu esse nome para ela por acreditar que ela seria tão linda quanto à cidade africana que ele conheceu quando era jovem. A leitura promove o reconhecimento e a valorização das diferenças e das características pessoais que fazem de cada indivíduo um ser único e que deve se amar do jeitinho que é.

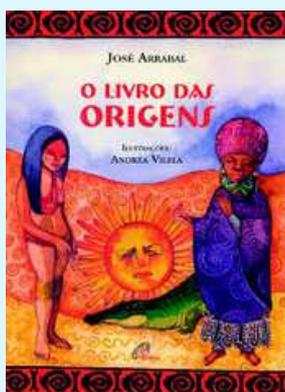
Coleção BLACK POWER

Editora Mostarda.

A coleção BLACK POWER apresenta biografias de personalidades negras que marcaram época e se tornaram inspiração e exemplo para as novas gerações. Os textos simples e as belas ilustrações levarão os pequenos leitores a uma viagem repleta de fatos históricos e personagens que se transformaram em símbolo de resistência e superação.

Disponível também em braile.





O livro das origens

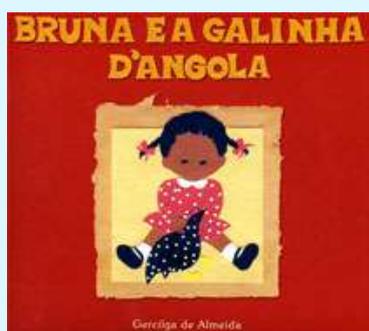
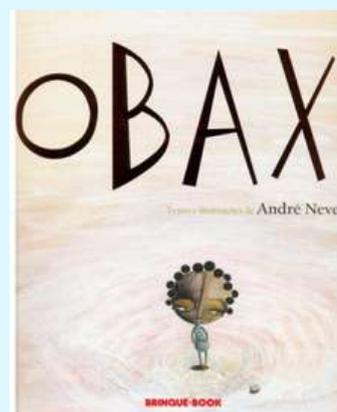
Texto de José Arrabal e ilustrações de Andréa Vilela. São Paulo: Paulinas, Coleção Mito & magia, 2001.

Neste livro o autor apresenta uma série de mitos de algumas regiões do Brasil, África e México sobre origens. Permite-nos ver como o amazonense e o paraense, como o africano da África do Sul e de Uganda e, por fim, como os Astecas veem a vida. São várias culturas pensando o mundo de forma muito diversa.

Obax

Texto e ilustrações de André Neves. Rio de Janeiro/RJ: Brinque-Book, 2010.

Quando o sol acorda nos céu das savanas, uma luz fina se espalha sobre a vegetação escura e rasteira. O dia aquece e é hora de descobrir muitas aventuras. OBAX percorre a savana africana com a sua imaginação. Ela conhece girafas e outros animais selvagens, mas o seu passatempo preferido é contar histórias! Algumas delas são tão incríveis que mais parecem um sonho. As ilustrações são excepcionais e o texto nos proporciona um passeio pela diversidade e pluralidade do continente africano.



Bruna e a galinha d'Angola.

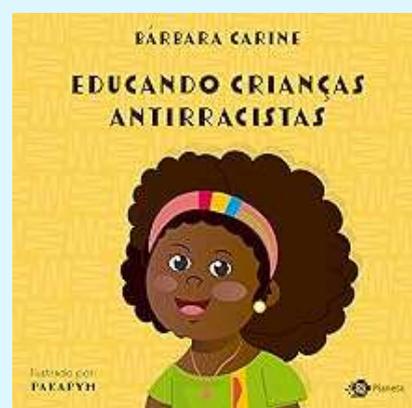
Texto de Gerçilga de Almeida e ilustração de Valéria Saraiva. Rio de Janeiro/RJ: Pallas, 2011.

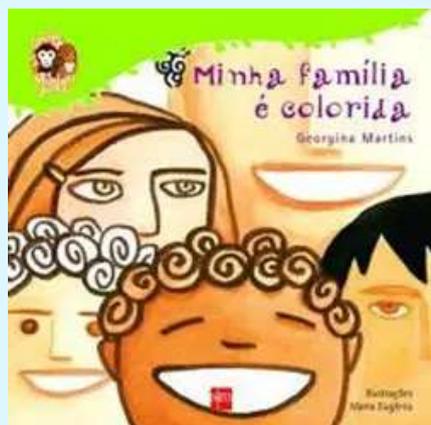
A obra retrata o universo mítico africano representado pela Galinha d'angola e sua relação com a criação do universo.

Educando crianças antirracistas

Texto de Bárbara Carine e ilustração de Pakapym. Rio de Janeiro/RJ: Outro Planeta, 2024.

Você já imaginou uma escola em que todas as crianças pudessem ser livres para ser quem são e os modos de existir dos alunos fossem igualmente valorizados? Nesta história, Kieza, uma das porta-vozes da Escola dos Sonhos, convida os novos colegas a conhecer esse lugar em que o afeto, o cuidado e o respeito são prioridades, sem limitar ou invalidar ninguém. O livro deseja mostrar que um espaço escolar positivo, igualitário e gentil é possível e está muito mais próximo de nós do que imaginamos. Vamos construí-lo juntos?





Minha família é colorida

Texto de Georgina Martins e ilustração de Maria Eugênia. Edições SM, 2015.

Ângelo tem um irmão de cabelos lisos, uma mãe de cabelos ondulados, uma avó negra. Todos são diferentes e fazem parte da mesma família. Como isso é possível já que quase ninguém se parece? Com as indagações do protagonista da história, o leitor vai descobrindo com Ângelo que somos feitos da mistura de etnias, hábitos e tradições.

A arara de muitas cores

Texto de Cidinha da Silva e ilustração de Suzane Lopes. Editora Leiturinha, 2023.

Já pensou que chato se no mundo fosse tudo igual? Se a única comida que existisse fosse macarrão, o único feriado Natal, a única cor o azul, a única história "era uma vez..."? Mais que chato, seria sufocante! Nessa linda fábula ao mesmo tempo moderna e ancestral, Cidinha da Silva traduziu o canto das araras (e tem gente que acha desafinado, você acredita?) pra nos contar como é maravilhoso viver nesse mundo cheio de cores, histórias, sabores, pessoas. Mais que maravilhoso, fundamental: A arara de muitas cores ensina a riqueza que são as diferenças! E quem duvida da sabedoria multicolor das araras?



Chupim

Texto de Itamar Vieira Junior e pinturas de Manuela Navas. Cidade: Editora Todavia, 2024.

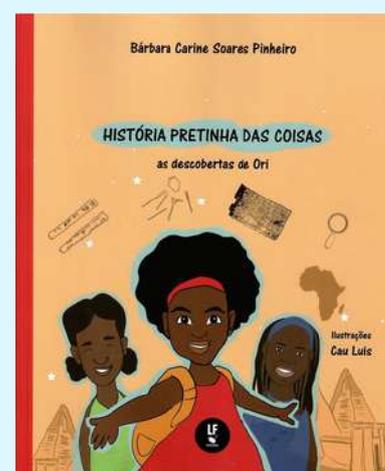
Antes de o galo anunciar o início de um novo dia, o pai chama para o despertar: "Menino, menino". Aquela era a primeira vez que Julim ia para os campos de arroz. Ali, enquanto os trabalhadores plantam, colhem e deixam os seus anos na terra, as crianças espantam os chupins. Mas, afinal, que mal pode fazer um passarinho?



História Pretinha das Coisas: as descobertas de Ori

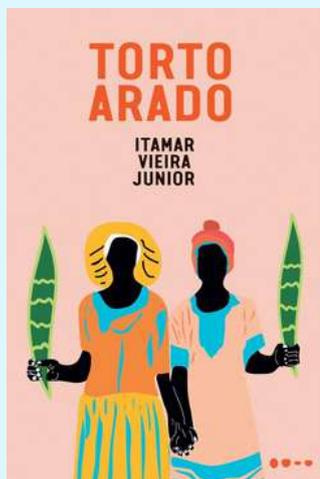
Texto de Bárbara Carine Soares Pinheiro e ilustração de Cau Luis. Editora Livraria da Física, 2022.

História pretinha das coisas: as descobertas de Ori é um livro infantil que apresenta uma narrativa fictícia que se processa na contemporaneidade. Localizada entre a cidade de Salvador-Ba e a cidade histórica de Meroé, no Sudão, a literatura remonta a invenções e personalidades reais históricas africanas e afrodiáspóricas. "Ori" é uma palavra da língua iorubá que significa literalmente "cabeça". Refere-se à intuição espiritual e destino, sendo a força pessoal de regimento da nossa inteligência pela espiritualidade. Por esta razão, esta menininha tão linda e inteligente será para nós um elo entre passado e futuro, que irá nos transportar para uma realidade africana muito diferente daquela largamente apresentada pelo Ocidente. Trata-se de uma literatura formativa para as crianças com relação a temas importantes, como a valorização da intelectualidade negra nas ciências e suas tecnologias, a relevância de mulheres cientistas e a naturalização da existência de famílias fora dos padrões heteroaletivos. Que Ori e suas descobertas possam inspirar muitas meninas e mulheres a ingressarem nas ciências, bem como possam formar uma nova geração para um conhecimento outro de África, a partir de marcadores potentes e positivados



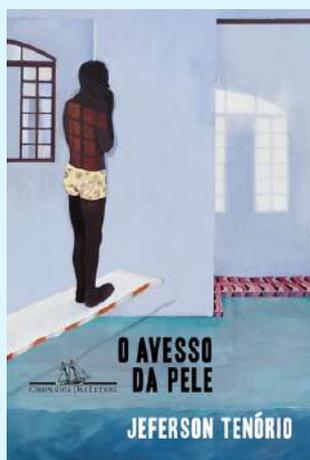
Sugestões de leitura

Ensino Médio/EJA e professoras(es)



Torto Arado é obra literária obrigatória para os vestibulares UEL 2025 e UFSC 2025. Um texto épico e lírico, realista e mágico que revela, para além de sua trama, um poderoso elemento de insubordinação social. Vencedor do prêmio Leya 2018. Nas profundezas do sertão baiano, as irmãs Bibiana e Belonísia encontram uma velha e misteriosa faca na mala guardada sob a cama da avó. Ocorre então um acidente. E para sempre suas vidas estarão ligadas — a ponto de uma precisar ser a voz da outra. Numa trama conduzida com maestria e com uma prosa melodiosa, o romance conta uma história de vida e morte, de combate e redenção.

Em **Olhos d'água** Conceição Evaristo ajusta o foco de seu interesse na população afro-brasileira abordando, sem meias palavras, a pobreza e a violência urbana que a acometem. Sem sentimentalismos, mas sempre incorporando a tessitura poética à ficção, seus contos apresentam uma significativa galeria de mulheres: Ana Davenga, a mendiga Duzu-Querença, Natalina, Luamanda, Cida, a menina Zaíta. Ou serão todas a mesma mulher, captada e recriada no caleidoscópio da literatura em variados instantâneos da vida? Em *Olhos d'água* estão presentes mães, muitas mães. E também filhas, avós, amantes, homens e mulheres – todos evocados em seus vínculos e dilemas sociais, sexuais, existenciais, numa pluralidade e vulnerabilidade que constituem a humana condição. Sem quaisquer idealizações, são aqui recriadas com firmeza e talento as duras condições enfrentadas pela comunidade afro-brasileira.



Um romance sobre identidade e as complexas relações raciais, sobre violência e negritude, **O avesso da pele** é uma obra contundente no panorama da nova ficção literária brasileira.

Vencedor do Prêmio Jabuti na categoria “Romance Literário”.

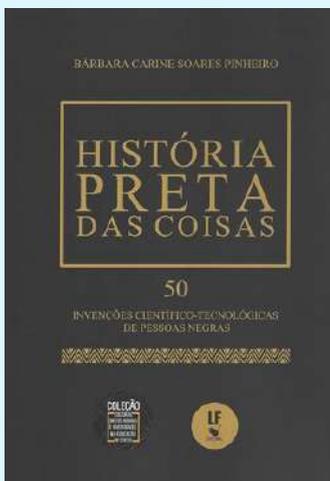
O avesso da pele é a história de Pedro, que, após a morte do pai, sai em busca de resgatar o passado da família e refazer os caminhos paternos. Com uma narrativa sensível e por vezes brutal, Jeferson Tenório traz à superfície um país marcado pelo racismo e por um sistema educacional falido, e um denso relato sobre as relações entre pais e filhos.

O que está em jogo é a vida de um homem abalado pelas inevitáveis fraturas existenciais da sua condição de negro em um país racista, um processo de dor, de acerto de contas, mas também de redenção, superação e liberdade. .



Canção para ninar menino grande, de Conceição Evaristo, trata-se de um mosaico afetuoso de experiências negras, um canto amoroso e dolorido. Na figura do personagem Fio Jasmim, Conceição discute com maestria as contradições e complexidades em torno da masculinidade de homens negros e os efeitos nas relações com as mulheres negras. O livro é um mergulho na poética da escrivência e ao mesmo tempo um tributo ao amor sob uma ótica poucas vezes vista na literatura brasileira.

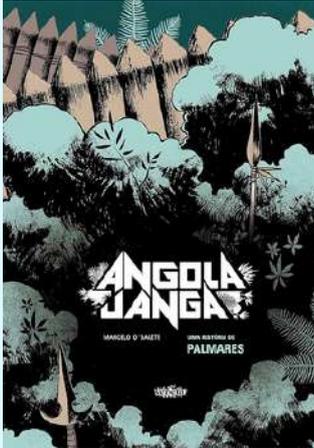
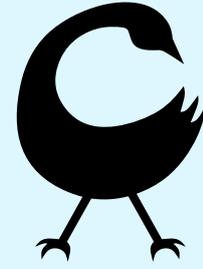
RACISMO. ABUSO. LIBERTAÇÃO. A vida de Marguerite Ann Johnson foi marcada por essas três palavras. A garota negra, criada no sul por sua avó paterna, carregou consigo um enorme fardo que foi aliviado apenas pela literatura e por tudo aquilo que ela pôde lhe trazer: conforto através das palavras. Dessa forma, Maya, como era carinhosamente chamada, escreve para exibir sua voz e libertar-se das grades que foram colocadas em sua vida. As lembranças dolorosas e as descobertas de Angelou estão contidas e eternizadas nas páginas desta obra densa e necessária, dando voz aos jovens que um dia foram, assim como ela, fadados a uma vida dura e cheia de preconceitos. Com uma escrita poética e poderosa, **Eu sei por que o pássaro canta na gaiola** toca, emociona e transforma profundamente o espírito e o pensamento de quem a lê.



História Preta das Coisas, de Bárbara Carine S. Pinheiro, tem como intuito apresentar produções científico-tecnológicas ancestrais e contemporâneas em afroperspectiva, buscando ressignificar as bases intelectuais ocidentais problematizando "o milagre grego" - narrativa mitológica que assenta a origem de grande parte dos saberes ocidentais à civilização grega - e pautando a primazia kemética nas bases dos conhecimentos científicos. Para tal, a partir de uma escrita escrivente, apresento conceitos fundamentais para o entendimento deste apagamento histórico, tais como: pilhagem epistêmica e genocídio epistêmico. Bem como, destaco 50 produções científicas pretas que foram fundamentais para o desenvolvimento humano impulsionado pela ciência e tecnologia africana e afrodiaspórica. Também trago o fundamento da filosofia Ubuntu para compreendermos outras possibilidades de ser e estar no mundo, produzindo ciência a partir de outros marcadores existenciais e metodológicos.

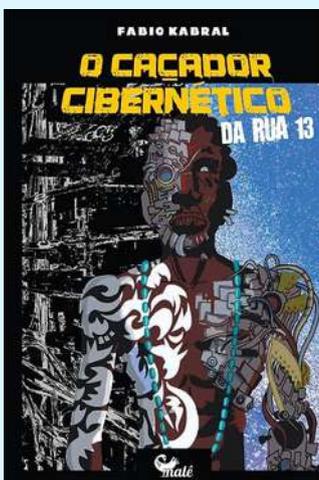
O mundo se despedaça, de Chinua Achebe, conta a história de Okonkwo, guerreiro da etnia ibo, estabelecida no sudeste da Nigéria. O momento que a narrativa retrata é o da gradual desintegração da vida tribal, graças à chegada do colonizador branco. Os valores da Ibolândia são colocados em xeque pelos missionários britânicos que trazem consigo o cristianismo, uma nova forma de governo e a força da polícia. O delicado equilíbrio de costumes do clã atravessa um momento de desestabilização, pois os missionários europeus e seus seguidores, africanos convertidos, começam a acorrer às aldeias de Umuófia pregando em favor de uma nova crença, organizada em torno de um único Deus. A nova religião contraria a crença nas forças anímicas e na sabedoria dos antepassados, em que acreditam os ibos. Além disso, os homens brancos trazem novas instituições: a escola, a lei, a polícia. Okonkwo, o mais bravo guerreiro do clã, é dos principais opositores dos missionários, mas ele não contava com a adesão à nova crença de muitos de seus companheiros. O romance é considerado um dos livros mais importantes da literatura africana do século XX e fundador da moderna literatura nigeriana. Foi publicado originalmente em 1958, dois anos antes da independência da Nigéria. Primeiro romance do autor, foi publicado em mais de quarenta línguas.





Angola Janga, “pequena Angola” ou, como dizem os livros de história, Palmares. Por mais de cem anos, foi como um reino africano dentro da América do Sul. E, apesar do nome, não tão pequeno: Macaco, a capital de Angola Janga, tinha uma população equivalente a das maiores cidades brasileiras da época. Formada no fim do século XVI, em Pernambuco, a partir dos mocambos criados por fugitivos da escravidão, Angola Janga cresceu, organizou-se e resistiu aos ataques dos militares holandeses e das forças coloniais portuguesas. Tornou-se o grande alvo do ódio dos colonizadores e um símbolo de liberdade para os escravizados. Seu maior líder, Zumbi, virou lenda e inspirou a criação do Dia da Consciência Negra.

Invisível é uma narrativa que mistura texto e quadrinhos para falar da cultura negra e leste-asiática presentes no bairro da Liberdade, em São Paulo, e sua relação com o tempo e o espaço. O bairro é o favorito de Marília na capital paulista e famoso como reduto leste-asiático da cidade, mas tem uma enorme importância na história da população negra da cidade: lá ficava o Cemitério dos Aflitos, o primeiro cemitério público da cidade e no qual eram enterradas majoritariamente pessoas negras escravizadas. O resgate histórico se faz cada vez mais necessário e Marília acertou muito na escolha do tema e na narrativa – sem contar o traço e o detalhe ricos por conta da experiência com arquitetura da artista.



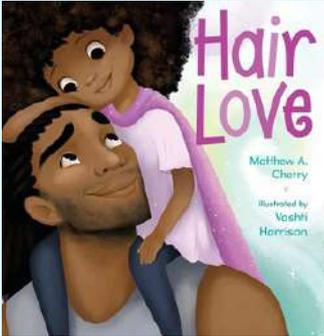
Ao apropriar-se dos códigos do Afrofuturismo para narrar a emocionante trajetória de João Arolê, Fábio Kabral nos ensina sobre a cultura negra, os deuses e a ancestralidade, e nos oferece uma ótima história em **O caçador cibernético**, daquelas que continuam nos acompanhando após a leitura. Um livro de aventura personalíssimo de deuses, heróis e monstros, que todo leitor apaixonado por aventura e fantasia merece conhecer.



Sugestões de Desenho animado

Educação Infantil

38



A animação "**Hair love**" levou o Oscar de Melhor Curta Animado na premiação do início deste ano. O curta-metragem, dirigido por Matthew A. Cherry e produzido por Karen Rupert Toliver, retrata a história de um pai aprendendo a arrumar o cabelo de sua filha, que é crespo.

Kiriku é um bebê recém-nascido, que já fala, corre e tem ideias. Assim que sai da barriga de sua mãe, encontra a realidade de sua aldeia, que sofre pela falta de água e pela submissão à bruxa Karaba, que recolhe todo o ouro das mulheres e leva os homens. Kiriku, portanto, irá iniciar uma aventura para livrar sua aldeia dessa situação, encontrando-se com magia, natureza e sabedoria.



Encanto.

No filme, acompanhamos a vida de Mirabel e sua grande família, que estão envolvidos em uma trama de magia e aventura. Podemos ver corpos, cabelos, personalidades e tamanhos diversos, um passo importante para a representatividade nas animações.

Bino e Fino são irmãos gêmeos que vivem na África subsaariana. Com a ajuda de Zeena, a Borboleta Mágica, eles descobrem sobre o mundo, a vida e a história do continente.





Sugestões de filmes/ série para o Ensino Fundamental

39



Bia Desenha

Bia, 5 anos, e Raul, 6 anos são primos. Os dois moram em casas ao redor do mesmo quintal, numa periferia da região metropolitana do Recife. A grande aventura da vida deles é quando se encontram depois da aula para brincar e desenhar. A série estimula a comunicação e o afeto em uma família pouco convencional, investigando os temas que passam pela cabeça das crianças enquanto elas se expressam com letras, traços e cores.

Dúdú e o Lápis Cor da Pele

O filme relata a história de Dúdú, um menino negro de 7 anos que, após ouvir a sua professora de artes usar o termo "lápis cor da pele" durante uma aula de artes, fica confuso pois a cor da sua pele não condiz com a do lápis. Dúdú passou a carregar o lápis, procurando por alguém que se enquadraria nesse padrão de cor de pele e tentando entender a sua própria identidade



5 Fitas

Em Salvador (Brasil), todo ano acontece a grande e tradicional festa para Senhor do Bonfim, onde fiéis, turistas e foliões, peregrinam até a famosa igreja para amarrar fitas e fazer pedidos. Dois irmãos, Pedro e Gabriel, ouvem desde cedo as histórias e rezas de sua avó ao Senhor do Bonfim e decidem fugir no dia da lavagem, se aventurar entre a multidão, para tentar pedir por uma bola de futebol, já que cresceram sem uma figura paterna. Lá confrontam as narrativas de sua avó, com a lavagem atual, trazendo questões sobre religiosidade, sincretismo, manifestação popular, e importância da família.

Meu nome é Maalum

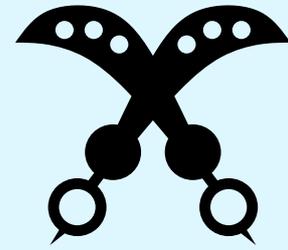
Uma menina negra, criada em um lar rodeado de amor e de referências afrocentradas, se depara com os desafios impostos pelos discursos e práticas de uma sociedade racista.

De Luísa Copetti • Com Flavio Bauraqui, Roberta Rodrigues, Layza Griot



Sugestões de filmes

Ensino Médio e EJA



“**Vista Minha Pele**” é um curta-metragem de Joel Zito Araújo que apresenta uma sociedade onde os papéis raciais são invertidos: os negros são a classe dominante e os brancos enfrentam o racismo e a discriminação. A história segue a jovem Maria, uma menina branca que lida com o preconceito na escola e em sua comunidade.

1987, Nova York, bairro do Harlem. Claireece “**Preciosa**” Jones (Gabourey Sidibe) é uma adolescente de 16 anos que sofre uma série de privações durante sua juventude. Violentada pelo pai (Rodney Jackson) e abusada pela mãe (Mo’Nique), ela cresce irritada e sem qualquer tipo de amor. O fato de ser pobre e gorda também não a ajuda nem um pouco. Além disto, Preciosa tem um filho apelidado de “Mongo”, por ser portador de síndrome de Down, que está sob os cuidados da avó. Quando engravida pela segunda vez, Preciosa é suspensa da escola. A sra. Lichtenstein (Nealla Gordon) consegue para ela uma escola alternativa, que possa ajudá-la a melhor lidar com sua vida. Lá Preciosa encontra um meio de fugir de sua existência traumática, se refugiando em sua imaginação



“**ANA**”, direção de Vitória Felipe dos Santos. Mais um curta-metragem brasileiro, “ANA”, retrata a história de Ana, uma menina preta que não se reconhece como preta, e Jeannette, professora refugiada que sente dificuldades em se adaptar ao Brasil. Vítimas de racismo e preconceito, elas descobrem juntas um modo de transformar a si mesmas.

1961. Em plena Guerra Fria, Estados Unidos e União Soviética disputam a supremacia na corrida espacial ao mesmo tempo em que a sociedade norte-americana lida com uma profunda cisão racial, entre brancos e negros. “**Estrelas além do tempo**” mostra como tal situação é refletida também na NASA, onde um grupo de funcionárias negras é obrigada a trabalhar a parte. É lá que estão Katherine Johnson (Taraji P. Henson), Dorothy Vaughn (Octavia Spencer) e Mary Jackson (Janelle Monáe), grandes amigas que, além de provar sua competência dia após dia, precisam lidar com o preconceito arraigado para que consigam ascender na hierarquia da NASA.

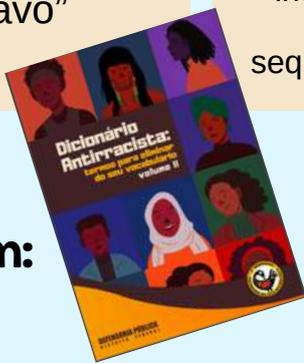


Glossário Antirracista

Expressão Racista	Significado	Alternativa
“ A coisa tá preta”	Relação entre o preto e uma situação negativa	A situação está complicada/difícil
"Amanhã é dia de branco”	Refere-se ao dia de trabalho, responsabilidades e compromissos. Atividades que não eram atribuída aos escravizados, somente aos brancos.	Amanhã é dia de trabalhar
“Cabelo duro / bombril”	Expressão depreciativa. A associação à marca de palha de aço se deu pelo lançamento com nome “Krespinhas” sugerindo semelhança ao cabelo crespo.	Cabelos crespos
“Cabelo ruim”	Outra forma racista de associar o que é ruim ou inferior a características negras. O que é ruim é o racismo.	Cabelo cacheado ou crespo.
“Cor de pele”	Termo que designa a cor de lápis bege/rosado associado à pele branca e desconsidera outros tons.	Tom/cor bege ou rosa claro.
“Criado-mudo”	Antigamente os escravizados ficavam segurando objetos ao lado da cama dos seus senhores e eram proibidos de falar. O móvel em substituição ganhou este nome inadequado.	Mesa de cabeceira.
“Denegrir”	“Tornar negro” Sinônimo de difamar ou caluniar.	Difamar/caluniar.
“Escravo”	A palavra sugere que seja uma condição inerente à pessoa, sendo que foi algo imposto ao povo africano que foi sequestrado e torturado pela escravidão.	Escravidado

Fonte: <https://eurofarma.com.br/artigos/glossario-antirracista-alternativas-mais-corretas>

Saiba mais em:



Dicionário Antirracista: Termos para eliminar do seu vocabulário - Vol. II (2024)

Defensoria Pública do DF

SEEDF/SUBIN/DSADHD

- **Portal Geledés:** <https://www.geledes.org.br/>

Instituto da Mulher Negra fundado em 30 de abril de 1988, é uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras.

- **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT:** <https://www.ceert.org.br/>

O **CEERT** é uma organização sem fins lucrativos que desde 1990 defende os direitos da população negra, em particular da juventude e das mulheres negras. Elabora e implementa programa de promoção da equidade racial e de gênero em instituições públicas e privadas. Sua atuação se dá por meio de projetos nas áreas de trabalho, educação, justiça racial e juventude.

- **Portal do professor:** <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/index.html>

Esse portal é um espaço para você professor acessar sugestões de planos de aula, baixar mídias de apoio, ter notícias sobre educação e iniciativas do MEC ou até mesmo compartilhar um plano de aula, participar de uma discussão ou fazer um curso.

- **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.**

http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf

- **Fundação Palmares:** <https://www.gov.br/palmares/pt-br>
- **Literatura Afro e afins:** <https://www.quilombhoje.com.br/site/>
- **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR):** <https://www.gov.br/mdh/pt-br/>
- **Politize:** <https://www.politize.com.br/>
- **Núcleo do Conhecimento:** <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/>
- **Escola Digital - Paraná:** <https://www.escoladigital.pr.gov.br/>
- **Ministério da Educação - Brasil:** <http://portal.mec.gov.br/>
- **Cultnet TV:** <https://cultne.tv/>

Podcasts



O **Afrofuturo** é um podcast semanal apresentado por Morena Mariah, que explora a cultura africana e da diáspora de forma acessível e envolvente. Os episódios abordam temas como afrofuturismo, literatura preta e reflexões culturais, divididos em dois formatos: Reflexão, com análises e provocações, e Entrevista, com convidados especiais trazendo perspectivas variadas. O programa combina história, teoria e inspiração, convidando os ouvintes a uma jornada atemporal.

Link: <https://open.spotify.com/show/3r4oXdzrqRt6DPmg3OKw4T?>



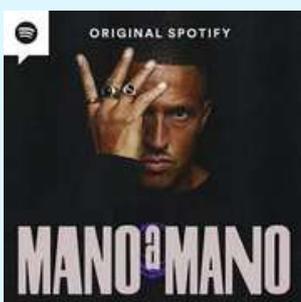
O **História Preta** é um Podcast narrativo/documental sobre a memória histórica da população negra no Brasil e no Mundo. A cada 15 dias, Thiago André conta histórias instigantes e profundas sobre personalidades negras esquecidas pela História.

Link: <https://historiapret/a.com.br>



Produzido por mulheres pretas fora do eixo sudestino, Letícia Feitosa, Leíssa e Alice Sousa debatem relações étnico-raciais a partir da cena cearense com uma variedade de temas que enriquece a perspectiva do ouvinte. O **Kilombas Podcast** é inspirado no livro “Memórias da Plantação”, de Grada Kilomba.

Link: <https://open.spotify.com/show/OpN0feRNbeszJo6L1fcitc>



Salve, rapa! Salve, massa! Mano Brown vem para ampliar a visão e o debate trazendo diversidade de ideias e pensamentos com profundidade e respeito no podcast **Mano a Mano**. Se prepare para ouvir assuntos importantes, interessantes, relatos inéditos e controversos com convidados amados ou odiados - você decide!

Link: <https://open.spotify.com/show/0GnKiYeK11476CfoQEYIEd>



Vidas negras importam. E, aqui, elas são celebradas. No “**Vidas Negras**”, podcast original do Spotify, o jornalista Tiago Rogero analisa e entrelaça a trajetória e a obra de personalidades da história e da atualidade. Toda quarta-feira, grátis.

Link: <http://open.spotify.com/show/0gycUnfp92MidYXzMC8t0W>



O trato pedagógico das expressões Culturais Afro-Brasileiras e Religiosidades de Matriz Africana



Primeiramente, é preciso compreender que as manifestações culturais afro-brasileiras, como o **Bumba-meu-boi**, o **Tambor de Crioula**, a **Capoeira**, o **Carimbó**, a **Congada**, o **Frevo**, o **Jongo**, o **Maculelê**, entre outras, são protegidas e amparadas pela Constituição Federal de 1988, em seus Arts. 215 e 216. Dado que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem também nas manifestações culturais (LDB, 1996, Art. 1º), as manifestações culturais são parte integrante dos currículos da educação básica nacional (LDB, Arts. 1º, 3º, 26º). **Conhecer e experienciar tais manifestações culturais afro-brasileiras de forma respeitosa** é fundamental para a construção das identidades, sua valorização e a promoção do respeito e do desenvolvimento crítico-cultural, que é direito de toda (o) estudante.

Frequentemente as comunidades escolares experimentam desafios para cumprirem tal dever graças ao racismo. Isso acontece, pois o racismo estrutural (que desvaloriza e violenta pessoas negras e tudo o que se associa à negritude) manifesta-se institucionalmente (no descumprimento dos currículos obrigatórios e legislações vigentes). Frequentemente, tais manifestações são confundidas com ou negativamente associadas às religiosidades de matriz africana. No entanto, cultura e religiosidade são coisas diferentes ainda que ambas, por vezes, se assentem sobre "Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros" (ver pág. 25) comuns às populações negras no Brasil. Nesse sentido, desqualificar ou combater expressões culturais negras na escola sob a alegação de proselitismo religioso é uma das demonstrações explícitas do racismo religioso no Brasil, dada a evidente distinção entre manifestações folclóricas ou artístico-culturais e as diversas práticas especificamente religiosas de grupos étnico-raciais diferentes.

Normativas/Documentos que fundamentam o trabalho pedagógico com e a partir das expressões culturais afro-brasileiras

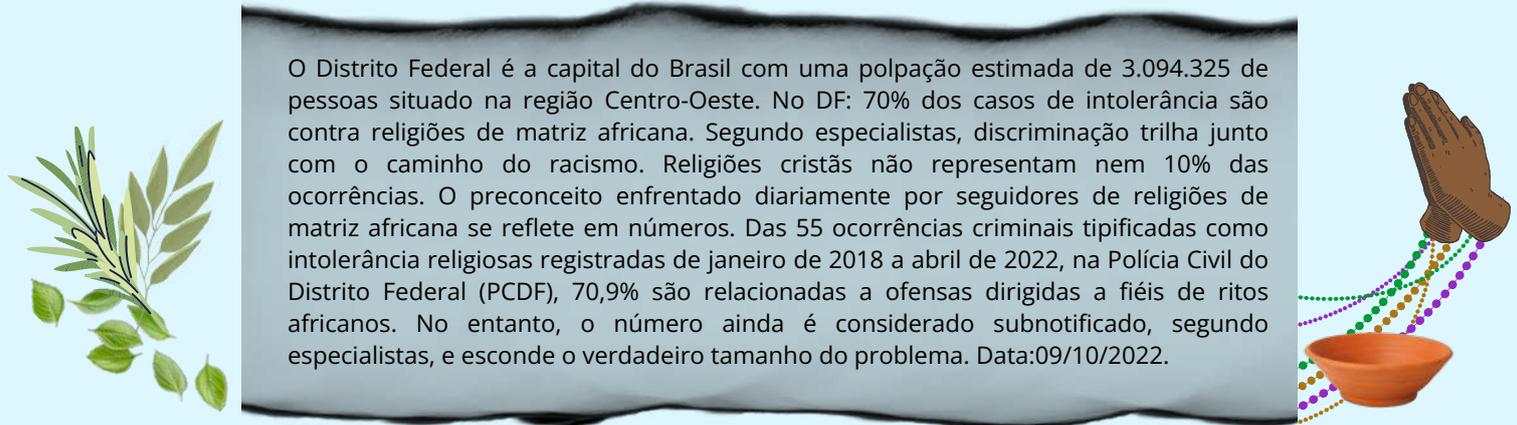
- 1. LDB:** Arts. 1º, 3º e Art. 26-A, conforme alterado pelas Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que obriga as escolas ensino fundamental e médio a ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira e indígena;
- 2. Parecer CNE/CP 03/04 e Resolução CNE/CP 01/04;**
- 3. Currículo em Movimento do Distrito Federal:** entende que "o reconhecimento da prática social e da diversidade do estudante da rede pública do ensino do Distrito Federal são condições fundamentais" (CMDf, 2014, p. 33). O trabalho pedagógico com manifestações culturais afro-brasileiras permeia: A) os Eixos Transversais do CM (Educação para a Diversidade, Cidadania e Direitos Humanos, e Educação para a Sustentabilidade); B) suas orientações teórico-pedagógicas (vide Pressupostos Teóricos do CM) e os conteúdos e objetivos de aprendizagem de diversos Eixos Integradores e disciplinas; e C) e todos os princípios da Educação Integral (integralidade, intersectorização, transversalidade, diálogo escola-comunidade, territorialidade, trabalho em rede e convivência escolar negociada (CMDf, 2018, p. 11);
- 4. Projeto Político-Pedagógico:** é o instrumento que orienta o trabalho pedagógico e aponta os projetos e ações pertinentes aos anseios da comunidade escolar em diálogo com as diretrizes curriculares nacionais e distritais de forma a contemplar as pluralidades culturais. Em sendo um documento público, é, portanto, suficiente para resguardar e justificar as escolhas do corpo docente e gestão. Ressalta-se que a **coordenação pedagógica** é o espaço-tempo de reflexão sobre a escola que se tem e a escola que se quer.
- 5. Lei Orgânica do Distrito Federal** (Art. 1º, § único; artigo 246, § 1º, da difusão dos bens culturais), **Lei nº 4.920/2012** (sobre patrimônio do DF) e **Resolução nº 1/2012** (Art. 19, incisos I e VI, sobre obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena como componentes curriculares obrigatórios da Educação Básica).



Saiba mais sobre
Manifestações Culturais Negras:

<https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/fomento-a-cultura/manifestacoes-culturais-negras-1>

O contexto brasileiro revela um alto índice de casos de intolerância religiosa, particularmente contra religiões afro-brasileiras. Segundo o levantamento via Google de 2022 do I Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2023):



O Distrito Federal é a capital do Brasil com uma população estimada de 3.094.325 de pessoas situado na região Centro-Oeste. No DF: 70% dos casos de intolerância são contra religiões de matriz africana. Segundo especialistas, discriminação trilha junto com o caminho do racismo. Religiões cristãs não representam nem 10% das ocorrências. O preconceito enfrentado diariamente por seguidores de religiões de matriz africana se reflete em números. Das 55 ocorrências criminais tipificadas como intolerância religiosas registradas de janeiro de 2018 a abril de 2022, na Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), 70,9% são relacionadas a ofensas dirigidas a fiéis de ritos africanos. No entanto, o número ainda é considerado subnotificado, segundo especialistas, e esconde o verdadeiro tamanho do problema. Data:09/10/2022.

Em resposta a essa realidade, foram instituídos o **Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa**, celebrado em 21 de janeiro e instituído pela Lei nº 11.635/2007 e o **Dia Nacional das Tradições de Raízes de Matrizes Africanas e Nações de Candomblé** no calendário escolar, sendo celebrado dia 21 de março e instituído pela Lei nº 14.519/2023 como uma ferramenta de conscientização e valorização cultural, reforçando a importância dessas tradições para a identidade plural do Brasil. Essa data não apenas celebra as culturas afro-brasileiras, mas também promove a formação de cidadãos conscientes das origens multiculturais do país e da importância de respeitar e preservar tradições de todas as etnias. É um passo importante na promoção da diversidade e na luta contra a intolerância religiosa, contribuindo para um ambiente de respeito e valorização de todas as expressões culturais e religiosas.



Os **Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMAs)** têm sido reconhecidos nacionalmente sob essa denominação nos últimos anos e têm seus direitos garantidos pela Constituição de 1988 (Arts. 5, 215 e 216). Em suas diversas expressões, as religiosidades de matriz africana no Brasil, como o Candomblé e a Umbanda, desempenham um papel crucial na construção da identidade cultural, intelectual, política e da diversidade religiosa do país, assim como o cristianismo, o protestantismo, o espiritismo, o judaísmo, o budismo e o ateísmo, entre tantas outras formas de expressar fé ou não e se relacionar com o mundo e outras pessoas. Em havendo uma separação entre Estado e religião (CF/88, art. 19) cabe à **educação formal promover uma cultura de paz e valorizar as culturas afro-brasileiras e indígenas e suas religiosidades assim como a de outros povos e culturas**. Além disso, de acordo com o Art. 7 da Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019, que altera a LDB, deve-se respeitar dia de guarda religiosa a todos os estudantes. Uma vez respaldadas pelas legislações e normas nacionais e internacionais (como a Declaração da ONU contra a Intolerância e Discriminação Religiosa), a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar promove a Educação em e para os Direitos Humanos, a Diversidade e o respeito.



Legislações para consultas

Para o poder público garantir equidade e justiça social, não basta simplesmente a afirmação da diversidade e do respeito aos valores humanos. Para construir uma compreensão efetiva da pluralidade cultural e combater a discriminação racial, é necessário agir sobre as causas das desigualdades. E mais ainda, criar mecanismos de enfrentamento do racismo através de políticas públicas, que são um conjunto de ações governamentais para a garantia dos direitos fundamentais.

A lei por si só não dará conta de romper com os estereótipos presentes na sociedade. Para que a lei vigore “plenamente”, não basta ocorrerem mudanças curriculares, deve haver mudanças de atitudes e tomada de consciência de todos os atores envolvidos no processo para que a riqueza cultural de nosso país seja valorizada.

Assim, as políticas públicas para as relações étnico-raciais objetivam a superação histórica das barreiras e contribuem para promoção da igualdade. São elas:

Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 – fazem parte das e subsidiam políticas públicas que têm como objetivo o Ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira na educação brasileira;

- **Estatuto da Igualdade Racial – Lei nº 12.288/2010** – trata-se de uma lei federal que promove e estabelece diretrizes para igualdade racial;
- **Lei de cotas - Lei Federal nº 12.711/2012** e reformulada pela **Lei 14.723/2023** – torna permanente a reserva de vagas nas universidades federais e instituições de ensino técnico de nível médio federais para negros, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e quilombolas;
- **Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial PNPIR** – estabelece e define a promoção de igualdade racial em todas as políticas públicas.
- **Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ)** - visa implementar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais e do racismo nos ambientes de ensino, bem como à promoção da política educacional para a população quilombola;
- **Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial (PLADIPIR)** - instituído pelo Decreto distrital nº 41.962/2021.

Essas políticas são basilares, pois estabelecem diretrizes e ações para garantir o direito a cultura, à educação, ao trabalho e à participação social da população negra e indígena. Como ações, esses planos visam a democratização do acesso à cultura, combate ao racismo, fortalecimento da identidade negra e inclusão social.

*Quanto ao Sistema de cotas, esse faz parte da política de reparação histórica do nosso país ao povo negro e indígena, são utilizadas para combater as desigualdades socioeconômicas que grupos étnicos vivenciam.

*Além disso, para enfrentar essa herança de injustiças, é urgente promover diálogos nos espaços educacionais sobre a importância e as contribuições da população negra e indígena para a formação da sociedade brasileira. Fomentar a pesquisa sobre processos de identidade racial, como o "tornar-se negro", entende-se por esse termo estar relacionado com o processo de identidade cultural, ao pertencimento a um grupo. Bem como trabalhar temas como políticas de heteroidentificação são fundamentais, especialmente diante da grande quantidade de subnotificações de raça no Censo escolar e das dificuldades na autodeclaração nos Sistemas de Cotas. Essas questões reduzem as possibilidades de políticas públicas com recorte racial e o acesso dos estudantes negros aos Sistemas de Cotas em universidades e concursos públicos.



Serviços de atendimento disponíveis no DF



Disque Racismo, no telefone 156, opção 7



Disque Direitos Humanos - Disque 100



DECRIN - DELEGACIA ESPECIAL DE REPRESSÃO AOS CRIMES POR DISCRIMINAÇÃO RACIAL, RELIGIOSA OU POR ORIENTAÇÃO SEXUAL OU CONTRA A PESSOA IDOSA OU COM DEFICIÊNCIA - decrin_sael@pcdf.df.gov.br

telefone: 3207-4242

pelo site: www.pcdf.df.gov.br/servicos/197.



Núcleos de Enfrentamento à Discriminação

Endereço: Sede do MPDFT, 1º andar, sala 146

Telefone: (61) 3343-9840

E-mail: ned@mpdft.mp.br



Ouvidoria do MPDFT

Telefones: 127 e 0800 644 9500 (ligações gratuitas), em dias úteis, de 2ª a 6ª, das 12h às 18h.

Atendimento presencial: Eixo Monumental, Praça do Buriti, lote 2, sala 141, Sede do MPDFT Brasília-DF. Em dias úteis, de 2ª a 6ª, das 12h às 18h.

E-mail: ouvidoria@mpdft.mp.br

Formulário eletrônico:

<https://ouvidoria.mpdft.mp.br/#/audivia/formulario>



Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos, funciona no Edifício Sede da Defensoria, localizado no SIA, trecho 17, Rua 07, Lote 45, Brasília-DF.

Referências

- BENTO, Cida. **O Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm. Acesso em 12 set. 2024.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d4887.htm
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso em 12 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União. Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm?msckid=0c0d30. Acesso em 12 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 12 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 21 jul. 2010. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/589163/Estatuto_igualdade_racial_normas_correlatas.pdf. Acesso em 12 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 11 jan. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14532.htm. Acesso em 12 set. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 nov. 2023. Disponível em: https://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm. Acesso em 12 set. 2024.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP 03, de 10 de março de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 19 mai. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em 12 set. 2024.
- BRASIL. **Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024**. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 mai. 2024. Disponível em: <http://www.abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4724/portaria-mec-n-470-2024>. Acesso em 12 set. 2024.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jun. 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em 12 set. 2024.
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- vCAVALLEIRO, Eliane. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- CONCEIÇÃO, Isis Aparecida. **Racismo estrutural no Brasil e Penas alternativas**. Os limites dos Direitos Humanos Acríticos. Juruá, 2010.

- CODEPLAN. **Evasão Escolar no DF (2020)**. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Evasão-escolar-no-DF-uma-análise-de-alternativas-possíveis.pdf>. Acesso em 10 out. 2024.
- CODEPLAN. **Síntese das evidências - Evasão escolar no DF: uma análise de alternativas possíveis**. Disponível em: <https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Evasão-escolar-no-DF-uma-análise-de-alternativas-possíveis.pdf>. Acesso em 10 out. 2024.
- INESC. **Mapa das desigualdades do Distrito Federal 2022**. Brasília: Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2022.
- DISTRITO FEDERAL. **Censo Escolar 2023**. Disponível em: <https://dadoseducacionais.se.df.gov.br/>.
- DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 41.962, de 31 de março de 2021**. Aprova o Plano Distrital de Promoção da Igualdade Racial e Institui o seu Comitê Gestor de Articulação, Monitoramento e Avaliação. Diário Oficial do Distrito Federal. Brasília, DF, 31 mar. 2021. Disponível em: https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/ba44ed0baf7e4dc6bfde03d553fbc774/Decreto_41962_31_03_2021.html. Acesso em 12 set. 2024.
- DISTRITO FEDERAL. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Currículo em Movimento da educação básica: Pressupostos teóricos**. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/1_pressupostos_teóricos.pdf. Acesso em: 09 set. 2024.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FUNDAÇÃO VIVO. **Evasão escolar de jovens negros: como enfrentar o problema**. Disponível em: <https://www.fundacaotelefonica vivo.org.br/noticias/evasao-escolar-de-jovens-negros-como-enfrentar-o-problema/>. Acesso em 11 out. 2024.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Editora Vozes: Petrópolis, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. *Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98-109, Jan/Abr 2012.
- INSTITUTO ALANA. **Recriar a escola sob a perspectiva das relações étnico-raciais**: Material de Apoio. Instituto Alana, 2022. Disponível em: <http://www.porumaeducacaoantirracista.com.br/files/docs/recriaraescola.pdf>. Acesso em 22 out. 2024.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar Da Educação Básica 2023: Resumo Técnico - Versão Preliminar**. Brasília, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf.
- MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Documento: Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida**. Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia/docset/910>. Acesso em 10 jul. 2024.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE E INCLUSÃO. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- NOVA ESCOLA. **Como construir uma escola antirracista**, 2022. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/21397/e-book-educacao-antirracista-baixar-gratuitamente>.
- OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO. **Racismo e educação no Brasil**. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao>. Acesso em 10 out. 2024.
- QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- RIBEIRO, Djamilia. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019.
- PORVIR. **Infográfico - Os 20 anos da Lei 10.639/03**. Disponível em: <https://porvir.org/infografico-os-vinte-anos-da-lei-10-639/>. Acesso em 10 out. 2024.
- SILVA, Petronilha B. G. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

